

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS (MESTRADO)

MÁRCIA DE FREITAS SANTOS

**MODALIDADE EPISTÊMICA E EVIDENCIALIDADE: UM EXERCÍCIO DE ANÁLISE
FUNCIONALISTA EM TEXTOS ACADÊMICOS E EM ENTREVISTAS COM
PESQUISADORES**

MARINGÁ
2008

MÁRCIA DE FREITAS SANTOS

**MODALIDADE EPISTÊMICA E EVIDENCIALIDADE: UM EXERCÍCIO DE ANÁLISE
FUNCIONALISTA EM TEXTOS ACADÊMICOS E EM ENTREVISTAS COM
PESQUISADORES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras (Mestrado), da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Letras, área de concentração: Estudos Lingüísticos.

Orientador: Prof. Dr. Juliano Desiderato Antonio.

MARINGÁ
2008

MÁRCIA DE FREITAS SANTOS

**MODALIDADE EPISTÊMICA E EVIDENCIALIDADE: UM EXERCÍCIO DE ANÁLISE
FUNCIONALISTA EM TEXTOS ACADÊMICOS E EM ENTREVISTAS COM
PESQUISADORES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras (Mestrado), da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Letras, área de concentração: Estudos Lingüísticos.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Juliano Desiderato Antonio
Universidade Estadual de Maringá – UEM
- Presidente -

Profª. Drª. Ana Cristina Jaeger Hintze
Universidade Estadual de Maringá – UEM

Profª. Drª. Marize Mattos Dall’Aglio-Hattner
UNESP / São José do Rio Preto

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me sustentado em todos os momentos;

Ao professor Dr Juliano Desiderato Antonio pela dedicação, profissionalismo, compreensão, respeito e principalmente pela convivência fraterna com que conduziu a orientação deste trabalho;

À professora Ana Cristina Jaeger Hintze, pela leitura cuidadosa e pelas preciosas contribuições dadas a este trabalho por ocasião do exame de qualificação;

À professora Dr^a Marize Mattos Dall’Aglio-Hattner, pelas relevantes críticas e sugestões dadas a esta dissertação por ocasião do exame de qualificação, sem as quais este trabalho não se concretizaria;

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Letras da UEM pelo estímulo e colaboração durante o período do mestrado.

A todos os meus colegas de turma, pela convivência amigável e cooperativa ao longo desta caminhada.

A meu querido marido Waltemir e meus filhos Willian e Victor Hugo, que sempre estiveram ao meu lado me incentivando, mesmo nos momentos em que estive distante, devido a tantas obrigações profissionais e acadêmicas;

A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram na realização desta dissertação.

Dedico este trabalho à minha querida mãe
(*in memoriam*), na certeza que seu coração
está repleto de orgulho.

RESUMO

Este trabalho investiga os efeitos comunicativos produzidos pelas categorias evidencialidade e modalidade epistêmica na fala e na escrita. Para tanto, constituiu-se um *corpus* composto por dez artigos acadêmicos e dez entrevistas orais concedidas pelos autores desses textos. Para a análise, utilizaram-se os estudos sobre a tipologia dos evidenciais em língua portuguesa desenvolvidos por Dall’Aglio-Hattner (2007) e a estrutura da oração em camadas de orientação funcionalista holandesa (DIK 1989, 1997; HENGEVELD 1988, 1989). Tendo em vista que as diferentes condições de produção determinam as estratégias lingüísticas que serão usadas, procurou-se verificar no *corpus* a indicação da fonte da informação (domínio evidencial) e a avaliação que o falante faz sobre o valor de verdade de sua afirmação (domínio modal). Considerando-se a oração como uma estrutura hierárquica constituída por várias camadas, passou-se a analisar os modalizadores epistêmicos que incidem sobre a predicação e a proposição. Ao qualificar epistemicamente uma proposição, “o falante toma a responsabilidade pessoal em relação ao conteúdo da proposição, e assinala o grau de sua certeza em relação à verdade ou validação desse conteúdo” (NEVES, 2006). Por outro lado, no nível da predicação, o falante avalia a realidade do estado de coisas designado pela predicação, independente de sua opinião pessoal. A análise do *corpus* evidenciou que, nos textos acadêmicos, a frequência de modalizadores epistêmicos no nível da predicação foi bem mais alta que a frequência de modalizadores no nível da proposição devido às características do gênero analisado. O artigo acadêmico deve transparecer objetividade e imparcialidade. Nas entrevistas orais, a análise demonstrou uma situação inversa. A frequência de ocorrência de modalizadores epistêmicos sobre a proposição foi maior, confirmando, assim, a hipótese de que discutir e avaliar as descobertas já publicadas favorece um grau de comprometimento maior por parte do falante. A análise do *corpus* demonstrou ainda que a evidencialidade predominante no texto acadêmico foi a relatada, uma vez que o autor do texto normalmente deve se ancorar na autoridade de uma fonte que goza de prestígio. Em contrapartida, nas entrevistas, houve uma maior frequência de ocorrências de evidencialidade inferida. Concluiu-se que, devido ao fato de o falante ser a fonte da informação, quando não tinha certeza a respeito da validade de suas afirmações ou não dispunha de dados suficientes para uma afirmação categórica, preferia marcar a dúvida como sua.

Palavras-chave: Modalidade epistêmica; Evidencialidade; Funcionalismo; Discurso científico; Língua oral; Língua escrita.

ABSTRACT

This research work investigates the communicative effects produced by evidentiality and epistemic modality in spoken and written language. In order to make this research possible, a *corpus* was constituted with 10 academic papers and 10 oral interviews with the authors of these papers. The analyses were based on Dall’Aglio-Hattner’s studies about the typology of evidentials in Brazilian Portuguese and on the conception of clause structure as a layered organization as conceived by Functional Grammar (DIK 1989, 1997; HENGEVELD 1988, 1989). Considering that different production conditions set the linguistic strategies that will be used, we tried to verify the indication of the source of the information (evidential domain) and the evaluation made by the speaker about the truth value of his utterance (modal domain). Considering the layered organization of the clause, analysis took into account epistemic modals which affect predication level and epistemic modals which affect proposition level. When the speaker qualifies a proposition epistemically, “he takes personal responsibility for the statement of the proposition, and appoints the degree of his certainty regarding the truth or endorsement of that statement” (NEVES, 2006). On the other hand, at predication level, the speaker evaluates the reality of the state of affairs designated by predication regardless his personal opinion. The analysis of the *corpus* showed that in academic papers the frequency of epistemic modals at predication level was higher than the frequency of epistemic modals at proposition level because of the characteristics of the discourse genre that was analysed. Academic papers must be objective and impartial. The results were different in the oral interviews. The frequency of epistemic modals at proposition level was higher, confirming the hypothesis discussing and evaluating discoveries that have already been published promote a higher degree of commitment of the speaker. The analysis of the *corpus* also showed that cited evidentiality was the most used type of evidentiality in academic papers because authors usually search for the authority of respected sources. On the other hand, in the interviews, inferred evidentiality was more frequent. It was concluded that due to the fact that the speaker be the source of information, when it had no certainty about the validity of his statements or did not have sufficient data for a categorical statement, marked the doubt as his.

Key words: Epistemic modality; Evidentiality; Functional linguistics; Academic discourse; Oral language; Written language.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Estrutura hierárquica da oração em camadas.

Quadro 2- A atuação das modalidades sobre a estrutura frasal em camadas.

Quadro 3- Sobreposição dos valores epistêmicos e evidenciais.

Quadro 4 - Ocorrência de evidenciais nos textos orais e nos textos escritos.

Quadro 5 - Formas de expressão da EV nos textos orais e nos textos escritos.

Quadro 6 - EV relatada e inferida nos textos orais e nos textos escritos.

Quadro 7 - Sub-tipos de EV relatada nos textos orais.

Quadro 8 - Sub-tipos de EV relatada nos textos escritos.

Quadro 9 - Frequência de ocorrência dos modalizadores epistêmicos nos textos orais e nos textos escritos.

Quadro 10 – Frequência de ocorrência da ME no nível da predicação e da proposição.

LISTA DE ABREVIATURAS

ULN-Usuário de língua natural

GSF-Gramática sistêmico-funcional

EsCo-Estado-de-coisas

GF-Gramática funcional

EV-Evidencialidade

ME-Modalidade epistêmica

AT-Asseverações totais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I	15
FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	15
Considerações iniciais	15
1.1 A modalidade lingüística.....	15
1.1.1 Tipologia das modalidades.....	16
1.1.2 Os meios de expressão das modalidades segundo Neves (2006)	18
1.1.3 O contínuo da avaliação epistêmica.....	19
2 A gramática sistêmico-funcional.....	20
1.2.1 A modalidade na gramática sistêmico-funcional.....	22
1.2.2 A gramática funcional holandesa.....	23
1.2.3 O modelo funcionalista de Dik.....	24
1.2.4. A estrutura hierárquica da oração.....	25
1.2.5 A modalidade segundo os modelos funcionalistas de Halliday e Dik	29
1.2.6 As modalidades e a estrutura frasal em camadas.....	30
1.3 As relações entre modalidade epistêmica e evidencialidade.....	35
1.3.1 Epistêmico ou evidencial?	41
1.4 Noção de gênero textual e domínio discursivo.....	43
1.4.1 Gênero entrevista.....	44

1.4.2 Língua falada e língua escrita.....	45
CAPÍTULO II.....	49
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	49
Considerações iniciais.....	49
2.1 Coleta e transcrição das entrevistas.....	49
2.2 Quantificação dos dados.....	51
2.3 Categorias de análise da EV.....	53
2.4 Categorias de análise da ME.....	54
CAPÍTULO III.....	56
OS EFEITOS COMUNICATIVOS PRODUZIDOS PELA EV E PELA ME NOS TEXTOS ORAIS E NOS TEXTOS ESCRITOS: UM EXERCÍCIO DE ANÁLISE.....	56
Considerações iniciais.....	56
3.1 Marcas de evidencialidade presentes no <i>corpus</i>	56
3.2 Evidencialidade direta.....	59
3.3 Evidencialidade indireta relatada e inferida.....	60
3.4 Evidencialidade indireta inferida nos textos orais.....	61
3.5 Evidencialidade indireta inferida nos textos escritos.....	63
3.6 Evidencialidade indireta relatada nos textos orais.....	65
3.6.1 Evidencialidade indireta relatada de fonte definida nos textos orais.....	65
3.6.2 Evidencialidade indireta relatada de fonte indefinida nos textos orais.....	67

3.6.3 Evidencialidade assumida como de domínio comum nos textos orais.....	67
3.7 Evidencialidade indireta relatada nos textos escritos.....	68
3.7.1 Evidencialidade indireta relatada de fonte definida nos textos escritos.....	69
3.7.2 Evidencialidade indireta relatada de fonte indefinida nos textos escritos.....	69
3.7.3 Evidencialidade assumida como de domínio comum nos textos escritos.....	70
3.8 Marcas de modalização epistêmica presentes no <i>corpus</i>	70
3.8.1 ME no nível da predicação nos textos orais.....	73
3.8.2 ME no nível da proposição nos textos orais.....	74
3.8.3 ME no nível da predicação nos textos escritos.....	76
3.8.4 ME no nível da proposição nos textos escritos.....	77
3.8.5 Ausência de marcas de EV e ME.....	78
3.9 Síntese do capítulo.....	83
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	84
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	87
ANEXO.....	92

INTRODUÇÃO

Neste trabalho, pretende-se analisar os efeitos de sentido produzidos pelo uso da modalidade epistêmica (ME) e da evidencialidade (EV) em textos acadêmicos escritos e em entrevistas orais com os autores desses textos.

A distinção conceitual entre ME e EV parece bastante clara. Ambas as categorias lidam com o grau de confiabilidade da informação. A ME se refere à avaliação do falante sobre o valor de verdade da sua afirmação, e a EV se refere à indicação do tipo de evidência que o falante tem para fazer sua afirmação. De acordo, entretanto, com estudos mais recentes, a distinção exata entre os dois domínios é problemática, resultando inclusive em três posições diferentes: a disjunção, a inclusão e a sobreposição (DENDALE e TASMOWSKI, 2001). Para os adeptos da disjunção, as duas noções se opõem, e os evidenciais serviriam apenas para indicar como se obteve a informação. Os da segunda posição consideram que a ME e a EV se encontram em uma relação de inclusão, em que um dos domínios está dentro do escopo semântico do outro. Para os que defendem a terceira posição, as duas noções se sobrepõem, e a intersecção entre elas é feita por meio da evidência inferencial.

As divergências entre as duas categorias decorrem do fato de algumas línguas não terem recursos gramaticais claros para diferenciar uma categoria da outra. Dessa forma, podem ocorrer, em alguns casos, sobreposições nas quais o mesmo item lingüístico codifica a fonte da informação e o grau de comprometimento do falante (DEHAAN, 1999, 2000).

Embora os dois domínios expressem a atitude do falante em relação ao enunciado, para DeHaan (1999), os evidenciais são neutros, pois o fato de o falante não apresentar evidências de como obteve a informação não significa que a crença que ele possui na informação seja menor. Depreende-se, assim, que para ele os domínios modais e evidenciais são claramente diferentes, sendo que a qualificação epistêmica se fundamenta no grau de certeza que o falante tem sobre a informação e os evidenciais indicam as fontes a partir das quais o falante obteve a informação (DEHAAN, 1999). Essa afirmação se justifica pelo fato de que todo conhecimento epistêmico se assenta sobre evidências. Assim, somos levados a concordar que a EV é hierarquicamente superior à ME. (DALL'AGLIO-HATTNER, 2001, 2007).

Caso se considere que, em língua portuguesa, a expressão da EV não seja obrigatória (DALL'AGLIO-HATTNER, 2007), pode-se sustentar, então, que a EV é uma estratégia discursiva, pois, ao fornecer as evidências da informação, o falante assevera a confiabilidade de seu enunciado, ou ainda, redime-se da responsabilidade veiculada. Ao explicitá-la, o falante tem intenções de negociar a confiabilidade da informação. Portanto, a análise da EV e da ME não pode se dissociar da análise dos efeitos de sentido obtidos com o seu emprego.

Embora haja muitas dificuldades e controvérsias quanto à delimitação, descrição e análise desses dois domínios, este trabalho pretende identificar e analisar os efeitos produzidos pelo uso da ME e da EV em textos acadêmicos e em entrevistas orais concedidas pelos autores desses textos. Para tanto, optou-se por uma abordagem teórico funcionalista, pois essa teoria está assentada sobre os pressupostos da *competência comunicativa* (HYMES, 1987) do usuário de uma língua natural (ULN - DIK, 1989), ou seja, “a capacidade que os indivíduos têm não apenas de codificar e decodificar expressões, mas também de usar e interpretar essas expressões de uma maneira interacionalmente satisfatória” (NEVES, 2001, p.15).

Um outro fator que considerado importante na teoria funcionalista é a integração dos níveis sintático, semântico e pragmático. Segundo essa abordagem, há uma complexa articulação de sistemas e o estudo da sintaxe e da semântica se desenvolve dentro do quadro da pragmática (DIK, 1989, 1997). Dessa forma, na análise de toda situação de comunicação, deve-se considerar o propósito comunicativo, seus participantes e o contexto no qual se dá a interação.

O *corpus* de análise deste trabalho é formado por 10 artigos acadêmicos e 10 entrevistas orais, nas quais os autores dos artigos selecionados comentam os resultados obtidos com a pesquisa desenvolvida por eles. A motivação para a pesquisa com os dois gêneros distintos ocorreu após a leitura de Chafe (1987). Nesse trabalho, o autor comparou quatro tipos de produções discursivas: conversação e conferência (modalidades de língua oral) e carta e artigo acadêmico (modalidades de língua escrita) a fim de entender a capacidade que a linguagem tem de se adaptar aos mais diversos meios de interação. Quanto ao grau de comprometimento do falante e do escritor, nas conclusões de Chafe, todas as línguas possuem várias formas de expressar os pontos de vista dos falantes ou escritores.

Para Chafe (1987) as diferenças no uso da EV e no uso da ME na fala e na escrita podem ser atribuídas ao tempo disponível para o planejamento. O escritor tem mais tempo ou preocupa-se mais em considerar o estatuto de seu conhecimento, o grau de confiabilidade de seu texto, uma

vez que o registro gráfico da escrita pode durar séculos. Ainda na escrita, o autor tem tempo para reconhecer que sua verdade pode ser relativa e, então, lança mão de meios lingüísticos que expressam evidências que não o comprometem.

Em contrapartida, na fala há uma ênfase nas reações indutivas (inferências baseadas em alguma evidência ou rumor), devido à rapidez com que é processada. Esse fato colabora para que haja menos tempo para formular hipóteses e prever suas conseqüências. Assim, as evidências presentes no texto escrito, na maioria das vezes citações que fornecem credibilidade ao texto, não são tão utilizadas no texto falado (CHAFE, 1985; 1987).

Essas constatações serviram de motivação para a investigação das marcas que demonstram o nível de comprometimento do autor com o texto, tendo em vista que as diferentes condições de produção determinam as estratégias lingüísticas que serão usadas. Em outras palavras, neste trabalho, procura-se verificar como a EV e ME se manifestam nos textos orais e nos textos escritos do *corpus*.

Considerando que os textos acadêmicos estão fundamentados nas convenções lingüísticas próprias desse gênero, é nosso pressuposto que, no caso do artigo acadêmico, a EV se apresenta como uma coerção do gênero discursivo, uma vez que, para imprimir maior credibilidade a seu argumento, o autor se ancora na autoridade de um outro, cujo conhecimento já esteja consolidado na comunidade científica. Por esse motivo, nos textos científicos espera-se encontrar uma maior freqüência de ocorrência da evidência indireta relatada (o falante obtém a informação por meio de outro falante).

Quanto à entrevista oral com o autor do artigo, pressupomos que, ao comentar sobre os resultados obtidos com a pesquisa, o envolvimento do autor seja bem maior que no trabalho escrito e publicado. Os elementos prosódicos (tessitura, curva melódica, etc) presentes na linguagem oral trazem consigo uma enorme carga de emoções e atitudes do falante (CAGLIARI, 2002), que são percebidos na fala. Assim, é bem provável que na modalidade de texto oral o grau de comprometimento do autor, ou seja, a qualificação epistêmica, tenha a maior freqüência de ocorrência no nível da proposição. Com base nesses argumentos aqui apresentados, este trabalho tem como objetivo geral analisar, nos textos orais e nos textos escritos, os diferentes efeitos comunicativos produzidos pelas qualificações modal e evidencial. Os objetivos específicos, por sua vez, são os seguintes:

- Analisar a frequência de ocorrência e os meios de expressão da ME no nível da predicação e no nível da proposição, nos textos orais e nos textos escritos.
- Analisar a frequência de ocorrência e as formas de expressão da EV nos textos orais e nos textos escritos.
- Analisar a frequência de ocorrência da EV direta e indireta nos textos orais e nos textos escritos.

Para a análise dos efeitos de sentido produzidos pela EV e pela ME, serão utilizados como parâmetro os estudos sobre a tipologia dos evidenciais em língua portuguesa desenvolvidos por Dall’Aglio-Hattner (1995, 2001, 2007) e a estrutura da oração em camadas de orientação funcionalista (DIK, 1989,1997; HENGEVELD, 1989; NEVES, 1994, 1997, 1998, 1999-2000, 2006).

No que diz respeito à estrutura, este trabalho está dividido em três capítulos, além desta introdução. O primeiro capítulo apresenta uma revisão da literatura acerca das modalidades lingüísticas, aponta as suas origens, os meios lingüísticos capazes de veicular essa categoria e algumas possibilidades de descrição da modalidade por meio da gramática sistêmico-funcional de Halliday e pelo funcionalismo de Dik. Ainda nesse capítulo, serão apresentados o conceito de EV e as discussões suscitadas pelos estudiosos dos temas ME e EV. Na seqüência, uma vez que parte do *corpus* deste trabalho se constitui de textos na modalidade de língua oral, o capítulo de número um apresenta uma breve exposição sobre as diferenças entre a língua oral e a língua escrita, e sobre gêneros textuais.

No capítulo de número dois, descrevem-se a constituição do *corpus*, os critérios adotados para a realização das entrevistas, os procedimentos utilizados para segmentação e a quantificação dos dados e os critérios que subsidiaram a análise. No capítulo três, apresenta-se a análise dos diferentes efeitos comunicativos produzidos pelas qualificações modal e evidencial e discutem-se os resultados obtidos com a pesquisa. O último capítulo do trabalho, por sua vez, traz as considerações finais.

CAPÍTULO I

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Considerações iniciais

Neste capítulo, apresenta-se uma revisão da literatura acerca das origens das modalidades, os meios lingüísticos veiculadores dessa categoria e a abordagem funcional da modalidade segundo a Gramática Sistemico-funcional de Halliday e a Gramática Funcional de Dik. Ainda, nesse capítulo serão apresentados o conceito de EV e as divergências entre os domínios semânticos modal e evidencial. Na seqüência, uma vez que parte do *corpus* deste trabalho se compõe de textos orais, serão apresentadas algumas considerações sobre as diferenças entre as modalidades de língua oral e escrita e noções sobre gêneros textuais.

1.1 A modalidade lingüística

Considerada uma das questões mais delicadas da reflexão sobre a linguagem, a modalidade tem a origem de seus conceitos na Lógica. De acordo com Cervoni (1995), definir e delimitar o campo das modalidades sempre foi uma das tarefas mais difíceis dos lingüistas. Segundo o autor, a abordagem à qual todos recorrem quando tratam a noção de modalidade é aquela ligada a uma análise semântica que distingue, num enunciado, “um dito (às vezes denominado conteúdo proposicional) e uma modalidade – um ponto de vista do sujeito falante sobre o conteúdo” (CERVONI, 1995, p.53). O autor, entretanto, adverte a respeito da fragilidade dessa definição, pois pode surgir uma confusão entre a modalidade e a conotação, uma vez que esta também é considerada uma manifestação da subjetividade na linguagem. Fica claro assim que nem toda marca de subjetividade é um modalizador.

ao contrário da conotação, a modalidade é constitutiva da significação fundamental, da denotação; ela não tem nada de acrescentado; a frase menos modalizada comporta uma modalidade mínima. Assim, numa frase como: *A terra gira em torno do sol*, uma modalidade é manifestada pelo modo do verbo, o modo indicativo (p.53).

1.1.1 Tipologia das modalidades

Segundo Cervoni, só serão consideradas modalidades lingüísticas aquilo que fizer parte do “núcleo duro”, isto é, as expressões que carregam, essencialmente, uma noção modal alética, epistêmica ou deôntica e referem-se a uma proposição. Para o autor, o núcleo duro é composto por alguns adjetivos (*É claro* que Paulo virá), substantivos (*Não tenho dúvida* que seu comportamento mudou), advérbios (*Certamente* estarei lá) e os verbos auxiliares de modo (*Pode ser* um problema). De um modo geral, os estudos sobre as modalidades se referem a três tipos de modalidades: as aléticas, as epistêmicas e as deônticas.

As modalidades aléticas, também chamadas modalidades aristotélicas, foram as primeiras descritas pela lógica clássica e dizem respeito às noções de verdade e/ou falsidade das proposições. Na escala lógica, as modalidades aléticas vão do necessário ao impossível, passando pelo possível e pelo contingente (NEVES, 2006, p.159).

Quando a modalidade é objeto de estudos dos lógicos, representam-na por meio de operadores lógicos como \square (“é necessário”) ou \diamond (“é possível”), que conferem absoluta univocidade ao cálculo modal, tornando suas teses irrefutáveis. Mas a mesma univocidade não pode ser atribuída às línguas naturais devido ao seu caráter polissêmico, “que faz com que todas as palavras utilizadas como equivalentes dos operadores lógicos não possam ser senão equivalentes aproximados” (CERVONI, 1995, p.59). Por isso, apesar de as modalidades lingüísticas se inspirarem nas modalidades lógicas, elas são diferentes.

Dall’Aglio-Hattner (1995) afirma que, nas línguas naturais, são raros os casos em que as sentenças aparecem claramente modalizadas aleticamente, salvo o discurso lógico e matemático. Acredita-se que, mesmo em situações em que o enunciador profere uma verdade incontestável,

apesar de estar ausente da cadeia lingüística, é improvável que não se comprometa com o conteúdo proposicional.

Observa-se, portanto, que os objetivos da lógica modal são diferentes dos estudos lingüísticos da modalidade. Os lógicos se preocupam em analisar a estrutura formal das modalidades para constatar os valores de verdade. Na análise de suas proposições, o sujeito que as enuncia não é importante porque o interesse da lógica modal é a modalidade objetiva (o falante não exprime opinião pessoal). Talvez este fato seja uma das divergências entre as modalidades lógicas e lingüísticas, pois, no estudo das modalidades lingüísticas, o falante, o ouvinte e a situação pragmática serão considerados imprescindíveis para se determinar o estatuto de validade da proposição.

Aplicando-se às línguas naturais, o caráter subjetivo e polissêmico dos enunciados modalizados subdivide-se em dois tipos, o deôntico e o epistêmico, uma vez que ambos expressam a opinião ou a atitude do falante em relação à situação que descreve.

A modalidade deôntica diz respeito ao eixo da conduta, à linguagem das normas, do dever, àquilo que se deve fazer, aos valores de permissão e obrigação. Portanto está “condicionada por traços lexicais específicos ligados ao falante ([+ controle]) e, de outro lado, implica que o ouvinte aceite o valor de verdade do enunciado para executá-lo” (NEVES, 2006, p.160).

A modalidade epistêmica, apoiada no eixo do conhecimento, é aquela em que o falante “expressa uma avaliação sobre o valor de verdade e as condições de verdade da proposição” (CASTILHO & CASTILHO, 2002, p.206). Ao modalizar seu enunciado epistemicamente, o falante qualifica a probabilidade de o conteúdo de uma proposição ser ou poder tornar-se verdadeiro.

Ocorre, porém, que tanto a modalização epistêmica quanto a deôntica podem se realizar, muitas vezes, por meio de um mesmo elemento modalizador. Assim, a polissemia é algo inevitável em algumas línguas. Pode-se citar como exemplo o verbo modal *poder*.

As várias possibilidades de leitura do modal *poder* fazem que, em certos enunciados, ocorram ambigüidades entre significados epistêmicos e significados de raiz. Entretanto, é inadequado atribuir unicamente aos verbos modais a responsabilidade pela expressão dos diferentes tipos e graus de modalidade. A oposição entre um valor epistêmico e outro não-

epistêmico deve ser atribuída ao verbo após a contextualização, que nada mais é do que o contexto de origem do modal, definido como

o conjunto de hipóteses de que dispõe um destinatário e que ele utiliza para interpretar uma elocução. Um contexto é uma elocução específica. Constitui subparte do contexto o significado codificado no conteúdo proposicional da sentença, conteúdo que é distinto do modal, mas que está no âmbito de incidência dele. O conteúdo proposicional de uma sentença é independente de uma dada elocução, mas na elocução ele libera algumas das hipóteses utilizadas pelo destinatário para compor o sentido do enunciado. (KLINGE, 1996 apud NEVES, 2006, p.179).

Assim, o contexto intra-sentencial fornece as pistas para a interpretação do verbo modal, mas, de acordo com Neves (2006, p.180), o contexto não fornece a interpretação toda, e, muitas vezes, mesmo considerando o contexto maior, pode ser apropriado falar em uma “leitura preferida”.

1.1.2 Os meios de expressão das modalidades segundo Neves (2006)

Além dos auxiliares modais, há outros modos de lexicalização da expressão da modalidade em língua portuguesa. Neves (2006, p.167) apresenta alguns desses meios lingüísticos:

1. Verbos (auxiliar modal)
 - a. *O reitor pode e deve ser denunciado pelo uso indevido do cartão corporativo.*
2. Verbo de significação plena, indicador de opinião, crença ou saber.
 - a. *Acho que todos têm direito a uma segunda chance.*
3. Advérbio, que pode associar-se a um verbo modal ou ainda, um advérbio incidindo sobre um constituinte.

- a. *Os documentos devem ser obrigatoriamente autenticados.*
- b. *Ela disse e fez tudo aquilo, talvez por inveja.*

4. Adjetivo em posição predicativa.

- a. *É impossível que a situação fique pior.*
- b. *É preciso que as autoridades tomem providências contra essa onda de violência. .*

5. Substantivo

- a. *Na minha opinião, o computador só atrapalha.*

6. Pelas próprias categorias gramaticais (tempo/aspecto/modo) do verbo da predicação.

- a. *E a discussão terminaria por aqui, se eu tivesse sangue de barata.*

Segundo a autora, “seja qual for o meio segmental utilizado, os meios prosódicos sempre estão presentes na modalização em língua falada, e, muitas vezes, são os únicos responsáveis por ela” (NEVES, 2002). Entretanto, para a identificação da modalização em elocuições orais é necessário um aparato especial, que foge aos objetivos deste trabalho.

1.1.3 O contínuo da avaliação epistêmica

A função dos modalizadores epistêmicos é asseverar, marcar a adesão do falante ao que é dito. Essa asseveração pode ser de forma afirmativa, ou seja, o falante apresenta o conteúdo (que afirma ou que nega) como um fato não duvidoso. A factualidade é exercida ou reforçada por meio dos advérbios (*evidentemente, obviamente, certamente, etc*).

Para Neves (2006), a avaliação epistêmica posiciona o falante em algum ponto do continuum entre a certeza e os indefinidos graus do possível. Posicionado no extremo da certeza, o enunciador é aquele que avalia como verdadeiro o conteúdo do seu enunciado, bloqueando, assim, a possibilidade de que o dito seja relativizado ou questionado. Por outro lado, quando o

enunciador se coloca no terreno dos graus de possibilidade, apresenta-se como aquele que, por não poder asseverar, constrói ressalvas em seu enunciado.

O ato de fala também pode ser apresentado como não factual (*de jeito nenhum, de forma alguma*), denominando-se epistêmico asseverativo negativo. O falante ainda pode asseverar relativamente o conteúdo do que se diz. Nesse caso, apresenta-o como algo possível ou impossível, provável ou improvável (*talvez, provavelmente, eventualmente, possivelmente*). Ao utilizar esses meios lingüísticos, o falante “não se compromete com a verdade do que é dito, e, com isso, revela baixo grau de adesão ao enunciado, criando um efeito de atenuação” (NEVES, 2000, p.247).

Embora os modalizadores asseverativos afirmativos auxiliem na factualidade, Neves (2000) salienta que o uso desses recursos lingüísticos não assegura veracidade ao conteúdo pronunciado. A indicação é a de que o falante quer marcar sua fala como digna de crédito. Observa-se que o uso desses elementos é uma característica pessoal do falante, alguns modalizam continuamente porque percebem que os modalizadores conduzem o interlocutor a acreditar no conteúdo veiculado; outros utilizam excessivamente os elementos modalizadores porque apresentam um enunciado muito inconsistente, indigno de credibilidade.

Sob uma perspectiva funcionalista, o grau de adesão do falante e sua intenção comunicativa em relação ao conteúdo proposicional estão diretamente ligados à escolha do recurso lingüístico, bem como à incidência desse item sobre a estrutura da oração em camadas.

Na seqüência, apresenta-se, resumidamente, a modalidade sob a ótica de dois dos principais modelos funcionalistas contemporâneos, a gramática sistêmico-funcional e a gramática funcional holandesa.

1.2 A gramática sistêmico-funcional

A teoria da gramática funcional de Halliday é uma teoria sistêmico-funcional. Segundo essa teoria, a língua ou qualquer outro sistema semiótico é considerado como redes de opções que se relacionam. Um sistema define-se, então, como um conjunto de opções de significados inter-relacionados que servem de condição de entrada para outros sistemas ou subsistemas, formando,

no seu conjunto, uma rede de sistemas. Cada sistema dessa rede representa a realização de escolhas potenciais e paradigmáticas que o falante pode fazer para a comunicação de significados. O produto de uma seqüência de escolhas é um texto estruturado, ou frases, que codificam o significado da interação lingüística.

Na visão da gramática sistêmico-funcional (GSF), é o uso que cada falante faz da sua língua que modela o sistema lingüístico. Assim, a descrição do sistema lingüístico deve procurar perceber, por um lado, como os falantes usam a linguagem para se comunicar e, por outro, como as línguas estão estruturadas para o uso (NEVES, 1994).

Em sua teoria, Halliday (1985) utiliza-se dos conceitos de “cadeia” (o sintagma) e a “escolha” (o paradigma). Segundo essa concepção de língua, a gramática apresenta dois tipos de categorias: os traços e as funções. Os traços, que são categorias paradigmáticas e se referem ao significado formal e ao significado semântico, constituem propriedades dos itens lingüísticos pelas quais eles se relacionam entre si. As funções são uma categoria sintagmática. Uma gramática sistêmica é paradigmática, pois inclui as relações paradigmáticas no nível abstrato e profundo e toma o nível sintagmático como o nível da realização, ou seja, no nível em que se acham as unidades realizadas (NEVES, 1994, p.117).

Uma rede sistêmica é constituída por um conjunto finito de traços, um complexo de interdependências existentes entre os traços de determinados paradigmas. Por entender que toda linguagem se organiza em torno de um propósito, ou seja, servir a determinados fins comunicativos, Halliday (1985) estabelece três metafunções, que ele chamou de ideacional, interpessoal e textual. Essas três funções relacionam-se aos papéis que a linguagem pode desempenhar.

A linguagem serve para entender o ambiente, ou seja, a manifestação do conteúdo, da experiência que o falante tem do mundo real. Essa metafunção denomina-se ideacional. A construção de nossas experiências como um fluxo de acontecimentos se dá por meio de configurações estruturais que contêm um processo, os participantes envolvidos nesse processo e as circunstâncias relacionadas a ele.

Quando o falante usa a linguagem para estabelecer e manter relações sociais, como, por exemplo, a interação com outros, a fim de influenciar, ou mesmo expressar seu ponto de vista, faz uso da metafunção interpessoal. Essa metafunção pode ser representada pelo sistema de modo e pelas modalidades.

A metafunção textual permite a apresentação de conteúdo interpessoal e ideacional como informação que pode ser compartilhada, fornecendo estratégias para a interpretação do texto. Seu principal sistema gramatical é o de tema. Diferentemente das metafunções ideacional e interpessoal que orientam em direção a dois fenômenos extralingüísticos (o mundo social e o mundo natural), a metafunção textual é intrínseca à linguagem, ou seja, orienta em direção aos fenômenos lingüísticos. Segundo Neves (2001), a questão fundamental na gramática funcional de Halliday

é o modo como os significados são expressos, o que coloca as formas de uma língua como meios para um fim, não como um fim em si mesmas. Quando diz que a língua é um sistema semântico, Halliday não se refere, apenas, ao significado das palavras, mas a todo o sistema de significados da língua (NEVES, 2001, p.73),

pois uma das funções da linguagem é representar os eventos de mundo e seus significados.

1.2.1 A modalidade na gramática sistêmico-funcional

Em Halliday (1985, p.86), a modalidade é definida como uma área intermediária em relação às polaridades positiva e negativa do enunciado e relaciona-se à distinção entre proposições e propostas. Quando a linguagem é usada para fins de troca de informação, ou seja, nas funções de afirmação ou pergunta, a sentença se apresenta como uma proposição.

Nas proposições, os significados dos pólos positivo e negativo são “afirmação” e “negação”. Os estágios intermediários entre o *sim* e o *não* podem ter distinções que variam quanto ao grau de incerteza da probabilidade de ocorrência do evento. Nessa escala, tem-se os graus de probabilidade (*possivelmente, provavelmente, certamente*) e os graus de habitualidade (*algumas vezes, usualmente, sempre*). A probabilidade e a habitualidade constituem tipos de modalização e pertencem à categoria da modalidade epistêmica.

Nas propostas, a linguagem é usada para a negociação de bens e serviços (ofertas e comandos). Se a sentença é um comando ou ordem, os pontos intermediários representam graus de obrigação (*permitido, aceitável, exigido*). Caso seja uma oferta, esses pontos intermediários representam graus de inclinação (*desejoso de, ansioso para, determinado a*). Segundo Halliday, as propostas recebem o nome de modulação e pertencem à categoria da modalidade deôntica.

Na seqüência, apresentaremos a gramática funcional holandesa e no item 1.2.5 se comparará o tratamento dispensado à modalidade nos dois modelos teóricos.

1.2.2 A gramática funcional holandesa

Para a gramática funcional, a língua é concebida, em primeiro lugar, como um instrumento de interação social entre seres humanos, usado com o objetivo principal de estabelecer relações comunicativas entre os usuários. Sob essa perspectiva, a abordagem funcionalista tem por interesse verificar algumas questões: “Como opera um usuário de língua natural (ULN)? Como os falantes se comunicam entre si por meio do uso de expressões lingüísticas? Como é possível fazer-se entender e influenciar o estoque de informação dos outros a partir de meios lingüísticos?” (DIK, 1989, p.1)

A partir desses questionamentos, Dik constrói um modelo de ULN no qual considera que o usuário da língua é muito mais que um “animal lingüístico”, visto que, além da capacidade lingüística, outras capacidades humanas como capacidade epistêmica, capacidade lógica, capacidade perceptual e capacidade social são envolvidas durante a interação verbal. Na interação social, as expressões lingüísticas servem como instrumentos para o falante e essas se apresentam estruturadas, ou seja, governadas por regras, constituindo, dessa forma, o sistema lingüístico.

Segundo Dik, do ponto de vista funcional, a lingüística diz respeito a dois sistemas de regras: (1) as regras semânticas, sintáticas, morfológicas e fonológicas e (2) as regras pragmáticas. Nessa visão, o primeiro sistema de regras é instrumental em relação aos objetivos e propósitos do segundo sistema, pois uma exigência básica do paradigma funcional é a de que as expressões lingüísticas devam ser descritas e explicadas em termos do quadro geral fornecido pelo sistema pragmático da interação verbal.

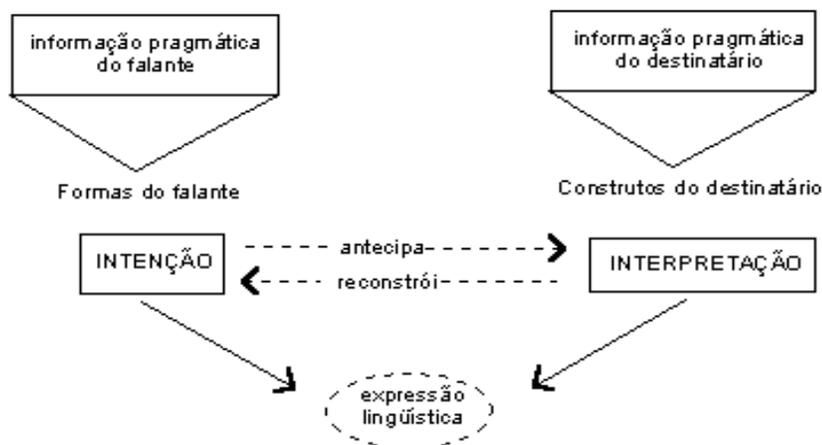
Assim, para que a gramática funcional seja uma teoria que atenda a essa exigência, deve tentar aplicar, onde for possível, os dois seguintes princípios de explicação funcional:

- a) Uma teoria da linguagem não deve se contentar em apresentar as regras e princípios que estão subjacentes à construção das expressões lingüísticas, mas deve tentar, dentro do possível, explicar essas regras e princípios em termos de sua funcionalidade em relação aos modos de uso das expressões.
- b) Embora em si própria uma teoria das expressões lingüísticas não seja o mesmo que uma teoria da interação verbal é natural exigir que ela seja planejada de tal modo que possa mais fácil e realisticamente ser incorporada em uma teoria pragmática mais ampla de interação verbal (NEVES, 2001, p.78).

Segundo Neves, o que se propõe é que a teoria da gramática constitua um subcomponente integrado da teoria do ULN. Uma gramática funcional deve refletir sobre a dicotomia produção e compreensão, ou seja, como os falantes constroem as expressões lingüísticas e como os destinatários interpretam essas expressões dentro da interação verbal.

1.2.3 O modelo funcionalista de Dik

O modelo de interação verbal proposto por Dik objetiva explicar o papel da expressão lingüística dentro da comunicação. Nesse modelo, o falante e o ouvinte compartilham uma grande quantidade de informação pragmática, mas pode haver uma informação que seja disponível apenas para um dos participantes. O modelo de interação verbal seria motivado por essa informação não-compartilhada. A expressão lingüística é produzida em função da intenção do falante, da informação pragmática do falante e da antecipação que ele faz da interpretação do ouvinte. O ouvinte, por sua vez, interpreta essa expressão lingüística em função de sua informação pragmática e de suposições sobre a intenção comunicativa do falante. O modelo de interação verbal (DIK, 1989, p.8) pode ser representado com a figura abaixo:



De acordo com esse modelo, a relação entre a intenção do falante e a interpretação do ouvinte é mediada pela expressão lingüística e não estabelecida por esta. Nos termos de Dik (1989), a interação verbal é uma atividade cooperativa, pois necessita de pelo menos dois participantes para atingir seus objetivos e é estruturada porque é governada por regras, normas e convenções.

1.2.4. A estrutura hierárquica da oração

No modelo proposto por Dik (1989), a oração é concebida como uma estrutura hierárquica formada por várias camadas. A descrição de uma expressão lingüística começa com a construção de uma predicação subjacente. Esta se dá por meio da inserção de termos¹ em estruturas de predicado². Pelo menos um conjunto de estruturas de predicado e um conjunto de termos são necessários para que a predicação subjacente seja construída. O léxico se encontra no “fundo da língua”, onde há um estoque ilimitado de esquemas de predicado e de estruturas de termos para a construção de predicados. Mediante regras sincronicamente produtivas, os predicados básicos e os termos básicos da língua podem ser estendidos, formando predicados derivados e termos derivados.

¹ Termos são expressões que podem ser usadas para referir-se a unidades em um dado mundo, real ou imaginário.

² Estruturas de predicado são esquemas que especificam um predicado juntamente com um esqueleto das estruturas nas quais ele pode aparecer. Os predicados constituem os blocos de construção mais básicos no nível morfossemântico da organização lingüística.

Considerada como núcleo de uma estrutura de cláusula subjacente (NEVES, 1994), a predicação pode ser descrita segundo os três níveis:

1. Predicação nuclear (Nuclear predication): composta pelo predicado e seus argumentos³.
2. Predicação central (Core predication): composta pela predicação nuclear, estendida pelos operadores de predicado e satélites⁴ de nível 1.
3. Predicação estendida (Extended predication): composta pela predicação central, estendida pelos operadores de predicação e satélites de nível 2.

Segundo Neves, a construção da estrutura subjacente da cláusula necessita de um predicado, pois

o predicado, que designa propriedades ou relações, se aplica a um certo número de termos que se referem a entidades, produzindo uma predicação que designa um estado de coisas, ou seja, uma codificação lingüística (e possivelmente cognitiva) que o falante faz da situação (NEVES, 1998, p.121).

A descrição de uma oração no modelo da estrutura hierárquica oracional pode ser vista na figura abaixo:

	TERMO	PREDICADO	TERMO	TERMO
PREDICAÇÃO	Pedro	Entregar	o livro	à menina
ESTADO-DE-COISAS	entidade 1	Relação	entidade 2	entidade 3

(NEVES, 1994).

Um estado-de-coisas (daqui por diante EsCo) indica que algo pode ocorrer em um mundo real ou pode ser criado no mundo mental do falante e do destinatário, é localizado no tempo e no

³ Argumentos são termos que preenchem as posições argumentais do predicado.

⁴ Operadores e satélites preenchem funções semânticas equivalentes, diferenciam-se pela forma de expressão. Operadores de predicado são meios gramaticais que fazem distinções aspectuais, como imperfectivo ou perfectivo, os quais especificam a organização temporal interna dos estados-de-coisas. Satélites são meios lexicais opcionais que veiculam informação adicional.

espaço, pode ter uma certa duração, pode ser visto, ouvido ou percebido de alguma maneira. Um EsCo pode ser representado dessa forma:

(1) *Passado* **[[entregar(Pedro)(o livro)(à menina)](na rua)]**

Pedro entregou o livro à menina na rua.

O operador de tempo *Passado* representa o meio gramatical pelo qual se pode localizar no tempo o EsCo, e um constituinte como *na rua* pode localizar o EsCo no espaço. Os termos (Pedro), (o livro) e (à menina) são exigidos pela semântica do predicado (entregar) e denominam-se argumentos do predicado. O termo (na rua) fornece apenas informações complementares e é chamado de satélite.

Segundo Neves (1994, p.122), uma predicação pode, por outro lado, aparecer como especificação de um outro estado-de-coisas, isto é, como argumento de outro predicado. Nesse caso, tem-se uma predicação encaixada em uma outra predicação de ordem mais alta. Sua representação é dada em (2):

(2) *João viu que Pedro entregou o livro à menina na rua.*

Uma predicação encaixada não tem o mesmo significado de uma proposição encaixada. A proposição consiste em uma predicação construída em uma camada de ordem mais alta e tem um estatuto de fato possível. Diferentemente dos EsCos, os conteúdos proposicionais podem ser expressos ou pensados pelo falante de muitas formas, gerando admiração, dúvida, certeza, podem ser verdadeiros ou falsos, etc. Considere-se agora uma expressão lingüística como:

(3) *João acreditou que Pedro entregou o livro à menina na rua,*

Embora a oração subordinada em (3) tenha a mesma forma de (2), seu estatuto semântico é diferente, pois as coisas em que se pode acreditar não são EsCos, e sim conteúdos proposicionais ou fatos possíveis.

Nos termos de Dik (1989, p.46), a estrutura subjacente da oração está disposta em camadas organizadas hierarquicamente. Uma oração que representa um ato de fala contém quatro camadas, e cada uma dessas camadas pode ser modificada à medida que os operadores e/ou satélites são introduzidos em sua estrutura. Na representação da estrutura, cada variável corresponde a um tipo diferente de unidade lingüística, ou seja, dentro de um ato de fala (E_i), um conteúdo proposicional (X_i) é comunicado. Esse conteúdo proposicional (X_i) faz uma referência a um estado de coisas (e_i), do qual participam alguns indivíduos (x_i). Dessa forma, dentro de uma oração (cláusula) tem-se uma variável E_i , que contém informações sobre o tempo, sobre o lugar e sobre os participantes do evento comunicativo. O quadro abaixo apresenta a estrutura hierárquica da oração em camadas, com seus diferentes níveis de organização:

Unidade estrutural	Tipo de entidade	Ordem	Variável
Or AC ão	A TO DE F ALA	4	E _i , E _j ...
Proposic ÃO	F ATO POSSÍVEL	3	X _i , X _j ...
Pr ED icac ÃO	E STADO DE C OISAS	2	E _i , E _j ...
T ERMO	E NTIDADE	1	X _i , X _j ...
Pr ED ic ADO	propriedade / RE FER ÊN CIA		f _i , f _j ...

Quadro 1- estrutura hierárquica da oração em camadas (DIK, 1989, p.50).

Com base no quadro acima, pode-se dizer que o nível mais baixo é formado pelo predicado e seus argumentos (geralmente entidades de primeira ordem). Essa predicção nuclear, que pode ser expandida por satélites de predicado de nível 1⁵, constitui a predicção central, que designa um EsCo potencial. A predicção central também pode ser expandida por satélites de predicção de nível 2⁶, e assim formar a predicção estendida. A proposição é uma entidade de terceira ordem, que pode ser avaliada em termos de seu valor de verdade e ser expandida por

⁵ Satélites de nível 1 expressam propriedades adicionais ao estado-de-coisas como modo, velocidade, instrumento.

⁶ Satélites de nível 2 expressam lexicalmente tempo, lugar, frequência e probabilidade em que se localiza o estados-de-coisas.

meio de satélites de nível 3⁷, tais como os atitudinais e os que especificam o valor de verdade. Por fim, ao produzir uma expressão lingüística, o falante tem de selecionar uma força ilocucionária básica para essa proposição, formando, dessa forma, uma entidade de quarta ordem, ou seja, uma cláusula.

Segundo a estrutura hierárquica da oração, é possível perceber que a modalidade pode atuar nos diversos níveis do enunciado. No nível da estrutura interna da predicação, tem-se a modalidade denominada inerente (verbos modais). No nível da predicação ou dos EsCos, configura-se a modalidade objetiva (os adjetivos modais), e, no nível da proposição ou dos fatos possíveis, atua a modalidade epistemológica (advérbios modais). Esse assunto será retomado em maior profundidade no item 1.2.6 deste trabalho.

1.2.5 A modalidade segundo os modelos funcionalistas de Halliday e Dik

A partir das considerações expostas acima, apresentar-se-á uma síntese sobre o tratamento que cada um dos modelos dispensa à modalidade, salientando que os dois modelos teóricos se diferem por abordarem o tema modalidade de forma distinta. Entretanto, o que permite identificá-los com o rótulo funcionalista é o interesse em verificar como os usuários de uma língua conseguem construir e interpretar as expressões lingüísticas de uma maneira interacionalmente satisfatória.

O tratamento dado à categoria da modalidade apresenta algumas diferenças entre os dois modelos. A primeira delas diz respeito à estrutura em camadas do enunciado. Segundo Butler (2003), há uma forte influência das metafunções da linguagem da GSF na GF. Os níveis ideacional e interpessoal do modelo hallidayano são muito próximos dos níveis representacional e interpessoal do modelo de Hengeveld. Entretanto, quanto ao relacionamento entre as camadas na GF, elas se apresentam hierarquicamente distribuídas. Há um acréscimo de unidades cada vez mais complexas às mais simples, ao passo que, na GSF, as metafunções são independentes, ou seja, os significados de uma metafunção interagem muito pouco com os significados das outras metafunções em termos de dependência sistêmica.

⁷ Satélites de nível 3 expressam lexicalmente a avaliação que o falante faz do fato possível definido pela proposição e seu compromisso com esse fato possível.

Outro diferencial entre os modelos é que não há, na GF, uma camada correspondente à metafunção textual da GSF. A GF é uma gramática que adota uma orientação *bottom-up*, sendo a sentença seu objeto de análise.

Os dois modelos teóricos também fazem uma distinção entre a modalidade subjetiva e a objetiva, entretanto, essa distinção não é tão clara na GSF. Na GF, é muito nítida a diferença entre esses dois tipos de modalidade, pois, no nível dois, encontram-se as modalidades objetiva, epistêmica e deôntica, e, no nível três, a modalidade subjetiva. Na GSF, tanto a modalização quanto a modulação podem ser subjetiva ou objetiva, explícita ou implícita. Há uma considerável diferença de interpretação dos advérbios epistêmicos modais nos dois modelos. A GF os considera subjetivos, ao passo que, na GSF, eles são objetivos.

Neste trabalho, adotou-se os fundamentos teóricos da GF por considerar que a identificação do nível em que atuam os modalizadores, bem como o tipo de entidade que é qualificada pelo modal, só pode ser distinguida, devido à estruturação da sentença em camadas. Na seqüência, explicitaremos a modalidade sob a ótica da GF.

1.2.6 As modalidades e a estrutura frasal em camadas

A investigação da expressão da modalidade sob o enfoque da GF considera relevante a representação da estrutura da frase por meio de camadas (DIK, 1989,1997; HENGEVELD, 1988, 1989; NEVES, 1994, 1997, 1998,1999-2000, 2006; DALL'AGLIO-HATTNER (1995, 2001).

Nessa estrutura oracional em camadas, todo o enunciado pode ser analisado em dois níveis: o representacional e o interpessoal. O nível representacional faz referência ao evento narrado, ou seja, um estado de coisa é descrito de maneira tal que o destinatário seja capaz de entender a que situação real ou hipotética se faz referência (HENGEVELD, 1989, p.128). Já no nível interpessoal, que diz respeito ao evento da fala, a situação é apresentada de forma que o destinatário seja capaz de reconhecer a intenção comunicativa do falante.

Nesse modelo de análise de frase, percebe-se que são atribuídas à predicação duas funções diferentes. Tanto pode designar um EsCo (nível representacional) quanto representar o conteúdo de um ato de fala (nível interpessoal). A fim de distinguir um uso do outro, Hengeveld (p. 130)

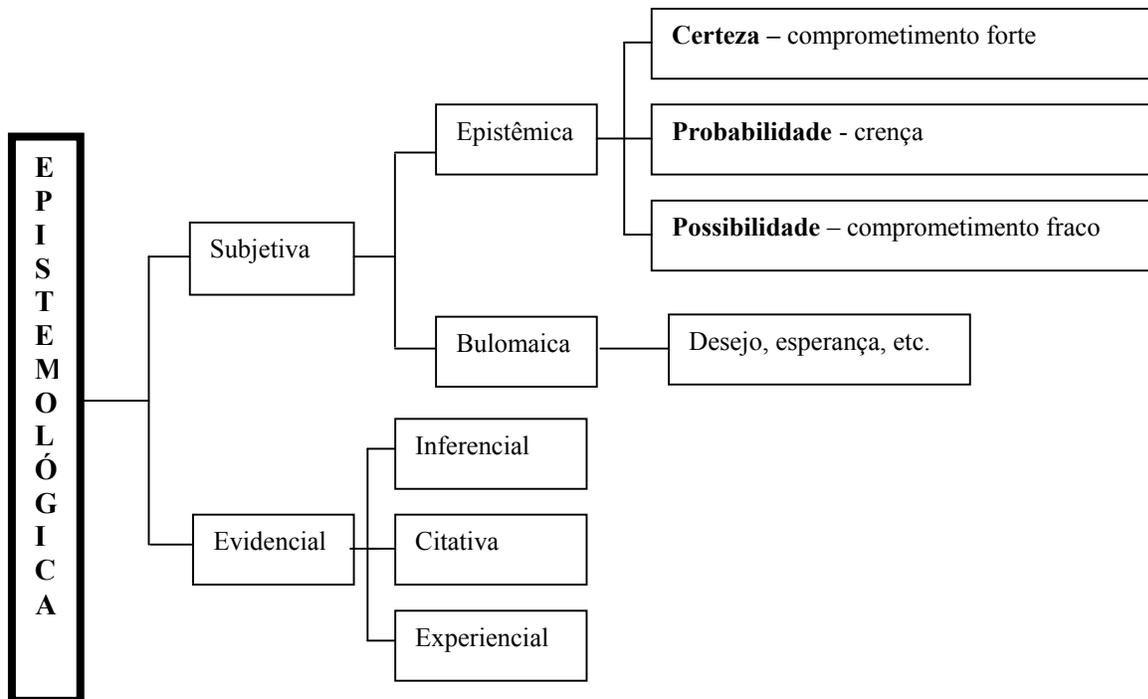
usa o termo “predicação” para se referir à primeira função e “proposição” para se referir à segunda.

Dik (1989) e Hengeveld (1988,1989) estabelecem distinções entre três tipos de modalidade, e cada um desses tipos de modalidades incidirá sobre uma camada da estrutura hierárquica da oração. A modalidade inerente e a modalidade objetiva se alojarão no nível da predicação e a modalidade epistemológica se alojará no nível da proposição.

A **modalidade inerente** (nível 1 da estrutura interna da predicação) pode ser expressa por todos os meios lingüísticos pelos quais o falante pode caracterizar a relação entre um participante e a realização do EsCo. Esse tipo de modalidade só tem expressão lexical, sendo possível expressar são as relações de habilidade, obrigação, volição e permissão entre o falante e o EsCo no qual está envolvido.

No nível da predicação – ou dos EsCos (nível 2), encontra-se a **modalidade objetiva**. Definida como todos os meios lingüísticos pelos quais o falante pode avaliar a realidade do EsCo designado pela predicação, em termos de seu conhecimento dos EsCos possíveis. Esse tipo de modalidade se divide em epistêmica e deôntica. Na **epistêmica**, o falante avalia a realidade do EsCo em termos de seu conhecimento. Na **deôntica**, o falante avalia o seu conhecimento a respeito de situações possíveis, relativas às normas morais, legais e sociais.

A **modalidade epistemológica** atua no nível da proposição ou dos fatos possíveis (nível 3) e tem como característica o comprometimento pessoal do falante em relação à verdade da proposição. Tendo em vista de o grau de comprometimento do falante estar associado com a origem da informação contida em uma predição, a modalidade epistemológica subdivide-se em dois subtipos: **modalidade subjetiva** e **modalidade evidencial**. Segundo Hengeveld (1988), a modalidade epistemológica apresenta as seguintes subdivisões:



Diferentemente da modalidade objetiva, na modalidade subjetiva epistêmica, o falante se responsabiliza por seu enunciado, marcando, por meios lingüísticos, o grau de certeza ou de validade do conteúdo proferido. Dessa forma, o conteúdo não pode ser questionado, uma vez que o falante se revela como a fonte da informação, apresentando seu julgamento a respeito da verdade do conteúdo proposicional. Esse julgamento pode expressar certeza (comprometimento forte), probabilidade (crença) ou possibilidade (comprometimento fraco). Há, ainda, a possibilidade de o falante indicar-se como fonte da informação ao expressar seu comprometimento emocional (modalidade bulomaica). Em todos esses casos, o falante se revela como a fonte da informação, porque o evento descrito é um construto seu (DALL’AGLIO-HATTNER, 1995).

A modalidade epistemológica evidencial consiste na apresentação de “provas lingüísticas”, evidências por parte do falante para conferir veracidade ao conteúdo. Assim, apesar de o falante fazer um julgamento sobre a informação, não se apresenta como a fonte dessa informação, pois o evento descrito não é um construto seu. Na modalidade inferencial, o evento é caracterizado como aquele que é inferido a partir de uma evidência. Por outro lado, na

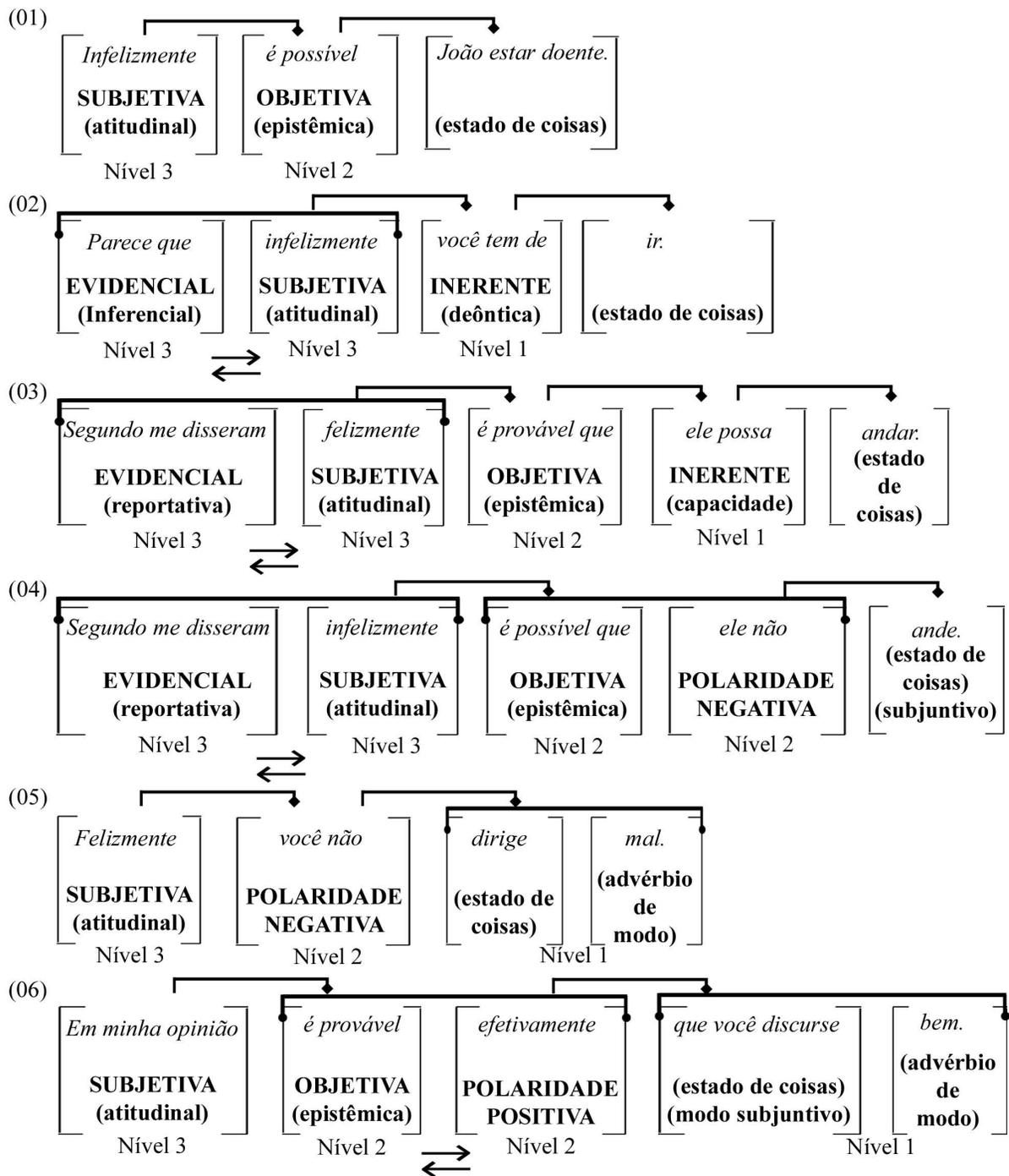
modalidade citativa, o evento é relatado a partir de uma outra fonte que não é o falante, e, na modalidade experiencial, o evento é experienciado por uma fonte.

No quadro abaixo, retirado de Dall’Aglío-Hattnher (1995), apresentamos a atuação das modalidades sobre a estrutura frasal em camadas, segundo a orientação funcionalista holandesa.

MODALIDADE	FUNÇÃO	NÍVEL	EXPRESSÃO
INERENTE	Caracterizar a relação entre um participante e um EC	Interno ao EC	Predicados
OBJETIVA	Avaliar a realidade de um EC	Predicação	Predicados encaixados e operadores
EPISTEMOLÓGICA	Expressar comprometimento do falante com relação à verdade da proposição	Proposição	Predicados encaixados, operadores e satélites.

Quadro 2- a atuação das modalidades sobre a estrutura frasal em camadas (DALL’AGLIO-HATTNHER, 1995).

Segundo a autora, “a distinção das modalidades segundo a função que desempenham e, conseqüentemente, segundo o nível estrutural em que se inserem parece ser um caminho bastante seguro para o estudo dessa categoria” (DALL’AGLIO-HATTNHER, 1995, p.63). Neves (2006) também compartilha desse ponto de vista, e afirma que o tratamento funcionalista dado à modalidade (alocação nas camadas do enunciado) permite a compreensão e a distinção das sobremodalizações. Por meio do esquema abaixo, retirado de Neves (2006, p.202-203) é possível observar o item modalizador e a camada sobre a qual ele incide.



Cabe ressaltar que, na concepção da estrutura hierárquica da oração, modalizadores epistemológicos que pertencem à proposição (nível 3) podem incidir sobre modalizadores pertencentes ao mesmo nível ou hierarquicamente inferior. Entretanto, a relação inversa, ou seja,

modalizadores que pertencem a um nível mais baixo da estrutura não podem incidir sobre os modalizadores de um nível mais alto.

Como já se apontou anteriormente, no modelo da oração em camadas proposto por Dik e Hengeveld, a modalidade epistemológica apresenta duas subdivisões (modalidade subjetiva e modalidade evidencial) e ambas alojam-se no nível três da camada oracional. No esquema acima proposto por Neves (2006), é possível observar que as duas qualificações são consideradas subtipos de uma mesma qualificação. Entretanto, tem havido muitas discordâncias a respeito da hierarquia entre elas. Assim, na seqüência, serão discutidas as relações entre a ME e a EV.

1.3 As relações entre modalidade epistêmica e evidencialidade

A EV se refere à fonte de evidência que o falante possui para dar credibilidade, ou mesmo eximi-lo da responsabilidade da verdade da proposição. O termo EV foi introduzido na Lingüística por Franz Boas em 1947. No entanto, antes mesmo de o termo se tornar conhecido, nos trabalhos de Boas em 1911, e de Sapir, em 1921, já havia referência à fonte da informação e à certeza do conhecimento do falante (DENDALE e TASMOWSKI, 2001, p.340).

Entende-se que EV e ME são categorias lingüísticas que se encontram intimamente relacionadas, podendo ser entendidas como uma estratégia discursiva que tem por objetivo a diluição de responsabilidade. Entretanto, a divergência suscitada sobre o assunto é se a EV faria parte da ME, ou se seria uma categoria superior à ME. A relação conflituosa a respeito desse assunto tem provocado certas divergências entre os estudiosos.

Segundo Dendale e Tasmowski (2001, p.341-342), nos estudos sobre o tema, podem ser encontradas três posições diferentes. A primeira, chamada de disjunção, defende que a EV e a ME são conceitualmente definidas como noções que se opõem e, nesse caso, os evidenciais serviriam apenas para indicar como se obteve o conhecimento daquilo que se está dizendo. Em um sentido estrito, a EV não possui nenhuma relação com a ME.

A segunda posição, a da inclusão, considera que um dos dois domínios se encontra dentro do escopo semântico do outro. Para os adeptos dessa vertente, podemos encontrar aqueles que consideram a evidencialidade em sentido amplo, ou seja, ela abarca tanto a fonte da informação

quanto a confiabilidade do conhecimento do falante. Essa posição é defendida por Matlock (1989 apud DENDALE e TASMOWSKI, 2001, p.342) segundo o qual os evidenciais são “unidades lingüísticas que compreendem parte da ME, codificam a fonte da informação do falante, e algum grau de certeza sobre a aquela informação”. E outros como Willet e Palmer que, inversamente, consideram a ME como um co-hipônimo da EV e como um hiperônimo das duas noções. Segundo Willet (1988 apud DENDALE e TASMOWSKI, 2001, p.342) há pouca dúvida de que a EV, como domínio semântico, tenha primeiramente um valor modal. E para Palmer (1986 apud DENDALE e TASMOWSKI, 2001, p.342), os evidenciais estão sob o escopo da ME, ou simplesmente dos epistêmicos. Esse autor também atribui aos citativos (uma categoria tradicionalmente classificada como evidencial) “uma característica modal”, ou seja, um valor modal.

Ainda dentro dessa segunda posição, para autores como Hengeveld (1988, 1989) e Dik (1989, 1997), a categoria da EV se situa na camada de nível três (modalidade subjetiva), ou seja, está englobada pela modalidade epistêmica, sendo a EV e a ME subcategorias do mesmo nível, o que implica não estar nenhuma dessas duas categorias no âmbito de incidência da outra (NEVES, 2006).

A terceira posição se caracteriza pela sobreposição ou intersecção entre os domínios da EV e ME. Segundo Van der Auwera e Plungian (1998, p.86 apud DENDALE e TASMOWSKI, 2001, p.342), essa interface se dá por meio da evidência inferencial (ou evidencialidade inferencial) “which the authors claim to be identical to the modal value of epistemic necessity”.⁸

Para DeHaan (1999), não há razões para considerar a EV como parte da ME, ou mesmo considerá-las termos intercambiáveis. Segundo o autor, os evidenciais são neutros, pois o fato de o falante não apresentar evidências diretas⁹ de como obteve a informação não significa que a crença que ele possui na informação seja menor. Para DeHaan,

⁸ Que o autor afirma ser idêntico ao valor modal de necessidade epistêmica (VAN der AUWERA e PLUNGIAN 1988, p.86 apud DENDALE e TASMOWSKI, 2001, p. 342), (tradução nossa).

⁹ De acordo com De Haan (2000), a evidencialidade está dividida em direta e indireta. Na evidencialidade direta, o falante testemunha pessoalmente a ação (evidencialidade visual), ao passo que, na evidencialidade indireta, o falante não presenciou a ação, mas a deduziu, ou ainda ouviu sons que caracterizam o evento (inferenciais). Quando o falante ouve falar sobre o evento, por meio de outras pessoas, tem-se a evidencialidade citativa.

Hence, evidentials do not have an intrinsic epistemic component. Any epistemic value comes from the contextual interaction with the hearer (reader). Note that this is different from real epistemic modals, because there the epistemic value is determined by the speaker (and the hearer can still disagree with that value)¹⁰ (DE HAAN, 2005, p.5).

Considera-se que as divergências envolvendo EV e ME decorrem do fato de que algumas línguas não possuem recursos gramaticais disponíveis para marcar claramente a diferença entre as duas categorias. Dessa forma, o mesmo item lingüístico codifica a fonte da informação, bem como o grau de comprometimento do falante.

Após descrever os diferentes modos de expressão da EV em diferentes línguas, De Haan (2004, 2005) afirma que essa categoria não deve ser comparada entre as línguas, dada sua característica de não uniformidade. Esse fato inviabiliza um estudo sob um ponto de vista tipológico, visto que línguas diferentes, ou seja, que não pertençam à mesma família, normalmente codificam a EV de forma diferente, podendo uma ser mais gramaticalizada¹¹ que a outra. Assim, a proposta é analisar os evidenciais sob uma perspectiva dêitica¹², pois, segundo o autor, existe uma relação funcional entre dêixis e EV.

Sob tal perspectiva, a primeira pessoa do singular ocupa uma posição especial no paradigma evidencial, seria como um centro dêítico. Para DeHaan, os usos evidenciais se relacionam com a dêixis espacial, por exemplo. A categoria da EV visual se refere a uma situação dêitica na qual o falante está a uma distância visual do evento descrito. Isso coloca o falante no centro do evento. O fato de o evento ter sido presenciado se torna sem importância, ou seja, o falante é mais importante que o evento.

Em línguas como *Sanuma*, língua do grupo indígena *Yanomami* falada no Brasil e na Venezuela, a EV visual se expressa por meio de uma mistura de morfemas dêíticos temporais e espaciais. Nessa língua, há uma distinção entre dar testemunho de um evento no passado e no presente. Ocasionalmente, usa-se o evidencial *kule* “perto do falante”, mas somente com verbos

¹⁰ Os evidenciais não possuem um componente epistêmico intrínseco. Qualquer valor epistêmico surge do contexto de interação com o ouvinte. Note que isso é diferente dos verdadeiros modalizadores epistêmicos, pois, nesse caso, quem determina o valor epistêmico é o falante, podendo o ouvinte, inclusive não concordar com esse valor. (tradução nossa)

¹¹ Para uma maior compreensão do termo gramaticalização, remeto o leitor ao trabalho de Neves (2001:113 -142).

¹² Os dêíticos são elementos da língua que permitem a contextualização do espaço e do tempo no ato de fala, e ainda a identificação dos participantes. Segundo De Haan, tanto os evidenciais como os elementos dêíticos servem para marcar a distância relativa entre o falante e o evento descrito por ele.

no presente, porque, no passado, o evento é localizado com respeito à sua distância temporal do presente. No presente, o evento é localizado com relação à posição espacial do falante. Segundo o autor, outros evidenciais desse tipo são geralmente incompatíveis com sujeitos de primeira pessoa. Esse deslocamento dêitico parece estar motivado por razões pragmáticas e ou estilísticas.

DeHaan (2005) pretende mostrar que há uma conexão entre elementos dêiticos espaciais (demonstrativos), elementos dêiticos temporais (tempo) e os elementos evidenciais. Em todos esses casos, os morfemas denotam a distância entre o falante e um objeto (espaço), o tempo (temporal) e a proposição inteira (evidencial). Nesses termos, o autor propõe o termo dêixis proposicional para a categoria da EV alegando que:

An evidential grounds an action or event with respect to the speaker, just as a demonstrative grounds an object with respect to the speaker. In other words, the relation between a proposition and an evidential is analogous to the relation between a noun (phrase) and a demonstrative¹³ (DEHAAN, 2005, p.29).

O trabalho de DeHaan abre uma outra possibilidade de leitura para a categoria da EV. Entretanto, nos limites deste trabalho, não se tratará da categoria da EV como uma dêixis proposicional principalmente porque, segundo o autor, a união conceitual entre o sistema demonstrativo e o sistema evidencial encontra-se mais explícita em línguas como a *Quileute* (língua nativa americana).

Considera-se que, por meio da evidencialidade, o falante assevera a confiabilidade da informação contida no seu enunciado, ou ainda, ao fazer uso dessa estratégia discursiva, pode também se redimir da responsabilidade veiculada no enunciado. Segundo a abordagem da estrutura oracional em camadas (seção 1.6 deste trabalho), Hengeveld (1989) subdivide a modalidade epistemológica em dois subtipos: modalidade subjetiva e modalidade evidencial. Na subjetiva, o falante é a fonte da informação e, dessa forma, avalia o valor de verdade da proposição. Já na modalidade epistemológica evidencial, o falante apresenta evidências de como obteve a informação. Na visão do autor,

¹³ Um evidencial se fundamenta em uma ação ou um evento com respeito ao falante, exatamente como um demonstrativo se fundamenta em um objeto com respeito ao falante. Ou seja, a relação entre uma proposição e um evidencial é análoga à relação entre um substantivo (frase) e um demonstrativo. (tradução nossa)

What both subtypes have in common is the relevance of the source of the information contained in a proposition. In the case of evidentials this source is characterized as different from the speaker. In the case of subjective modality the speaker is the source (HENGEVELD, 1989, p.138)¹⁴.

Segundo o autor, apresentar ou não a fonte da informação permite distinguir entre sentenças modalizadas subjetivamente de sentenças modalizadas objetivamente, conforme demonstram os exemplos abaixo.

1. A: **É possível** que chova amanhã.
B: Quem disse isso?
2. A: **Provavelmente** chova amanhã.
B: *Quem disse isso?

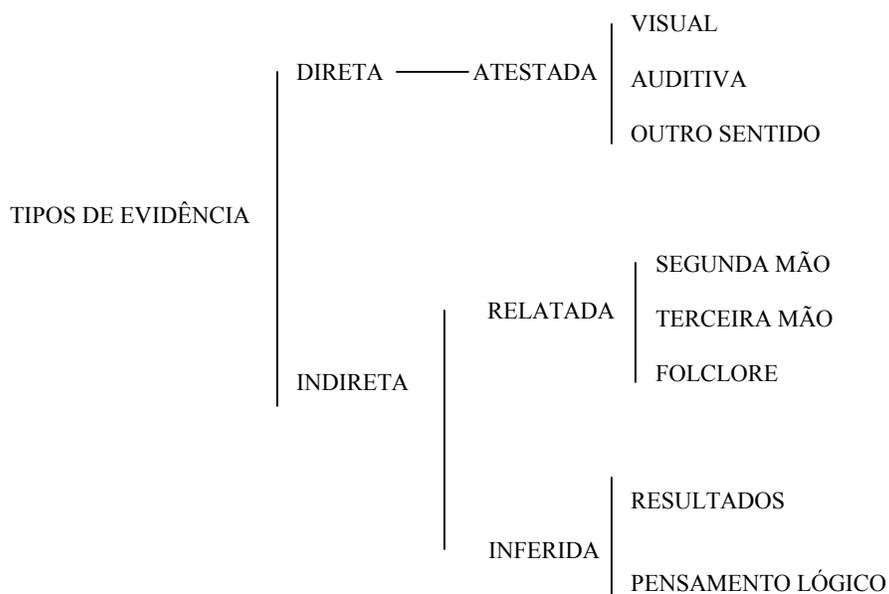
Em (A1) a fonte da informação não está expressa, por isso o enunciado admite questionamento. Diferentemente de (A2), em que o falante é a própria fonte da informação contida no enunciado, não admitindo dessa forma, questionamentos. Entretanto para alguns autores essa subdivisão entre modalidade objetiva e subjetiva é desnecessária.

Em uma perspectiva oposta à de Hengeveld, Dall’Aglío-Hattner (1995, 2001 e 2007) considera a avaliação epistêmica hierarquicamente inferior à evidencial. Essa tese foi defendida especialmente por Nuyts (1993 apud DALL’AGLIO-HATTNER, 2007). Para esse autor, “as relações evidenciais estão alojadas nas bases cognitivas da linguagem, o que significa dizer que a evidencialidade atua na origem de qualquer situação enunciativa”. Assim, pode-se dizer que todo julgamento modal está fundamentado em alguma evidência. Para Dall’Aglío-Hattner, essa consideração de Nutys

permite que se diferencie dois usos da modalidade epistêmica sem que se tenha necessidade de recorrer à distinção entre modalidade objetiva e subjetiva proposta por Lyons (1977) e incorporada por Hengeveld (1989) e Dik (1997) (DALL’AGLIO-HATTNER, 2007, p.111).

¹⁴ O que ambos os tipos (modalidade epistemológica subjetiva e modalidade epistemológica evidencial) têm em comum é a relevância da fonte da informação contida na proposição. No caso dos evidenciais, essa fonte é caracterizada como diferente do falante. No caso da modalidade subjetiva, o falante é a fonte (HENGEVELD, 1989, p.138).

Dessa forma, assumindo “nos termos de Hoff (1986), que por meio da evidencialidade o falante indica a evidência que está disponível para assegurar a confiabilidade da informação veiculada” (p.118), a autora avança na investigação do tema e analisa a expressão da EV em língua portuguesa utilizando como parâmetro a seguinte tipologia dos evidenciais proposta por Willet (1988, p.57 apud DALL’AGLIO-HATTNER, 2007, p.119) :



Na figura acima, tem-se a distinção entre evidência direta e evidência indireta. Segundo a autora, no primeiro caso, a fonte da informação do falante é de natureza primária, nesse caso o falante obtém a informação porque testemunhou uma determinada situação (*evidência direta atestada*) visualmente, auditivamente ou ainda por meio de um outro sentido. No segundo caso, o falante obtém a informação por meio de outro falante (*evidência indireta relatada*), ou infere a situação a partir de seus resultados ou a partir de raciocínio lógico (*evidência indireta inferida*). Segundo Dall’Aglio-Hattner (2007), nem todos os subtipos de evidência mostrados na figura acima ocorrem em todas as línguas. É possível também que, na língua portuguesa, em que expressão da EV é feita apenas lexicalmente, nem todos os subtipos se realizem, entretanto a distinção entre a evidência direta e indireta parece ser bastante recorrente nas línguas.

1.3.1 Epistêmico ou evidencial?

Considera-se que os domínios semânticos da EV e da ME constituam domínios distintos. Os evidenciais codificam a fonte da informação e os modais o grau de certeza do falante. Entretanto, é possível observar que a EV e a ME em certos momentos se sobrepõem, tornando-se difícil a identificação de cada um dos valores. Para Dall’Aglio-Hattner et al (2001, p.138) deve-se considerar que

na passagem *epistêmico* > *evidencial*, haja um momento de sobreposição desses conceitos, ou seja, devemos considerar que haja manifestações epistêmicas baseadas em evidência (MEEV) e manifestações puramente evidenciais (EV), que não envolvem, necessariamente, uma avaliação do falante acerca do que ele assevera na proposição.

É possível que a sobreposição desses conceitos se justifique porque, em muitas línguas, o sistema evidencial não está completamente gramaticalizado, assim, muitas expressões lingüísticas codificam tanto o grau de certeza do falante quanto a evidência na qual ele se fundamenta (DEHAAN, 2004, 2005).

No quadro abaixo, retirado de Dall’Aglio-Hattner et al (2001, p.140), observa-se a sobreposição dos valores epistêmicos e evidenciais. Os autores consideram a existência de um *cline* com a seguinte configuração: MD > ME > MEEv > EV.

Definição		Nível	Função	Forma	Exemplos	
Expressar valores de permissão, obrigação e volição que envolvem algum tipo de controle extrínseco sobre os eventos.	MD	Predicação	Operadores π_2	Auxiliares	FHC deve buscar uma solução para a crise.	
Expressar o estatuto de realidade de um estado-de-coisas	ME	Predicação	Operadores π_2	Auxiliares	FHC deve buscar uma solução para a crise.	
			Predicados encaixados	Adjetivos	É possível que FHC busque uma solução para a crise.	
Expressar a avaliação do comprometimento do falante com relação à verdade da proposição.	ME	Proposição	Predicados encaixadores	Nomes	Tenho a impressão de que FHC buscará uma solução para a crise.	
	ME			Adjetivos	Estou certo de que FHC buscará uma solução para a crise.	
	MEEv			Verbos	Acho que FHC buscará uma solução para a crise. Parece que FHC buscará uma solução para a crise.	
	MEEv			Satélites π_3	Advérbios	Aparentemente FHC buscará uma solução para a crise.
	EV			Predicados encaixadores	Verbos	Dizem que FHC buscará uma solução para a crise. A Folha diz que FHC buscará uma solução para a crise.
Indicar a fonte do saber a partir da qual o falante faz sua avaliação.	EV	Constituintes extra-frasais.			Segundo os jornais , FHC buscará uma solução para a crise.	

Quadro 3- Sobreposição dos valores epistêmicos e evidenciais.

ME: Modalidade epistêmica; MD: Modalidade deôntica; MEEv: Modalidade epistêmica + evidencial; EV: Evidencial

Observa-se que a sobreposição de valores modais e evidenciais resultam em inferências do falante (*acho que, parece que e aparentemente*). Analisando o nível da proposição do quadro acima (verbos e advérbios) fica claro que o subtipo inferencial é um híbrido de qualificação modal e evidência indireta. Segundo Neves (2006), a avaliação epistêmica posiciona o falante em algum ponto do contínuo entre a certeza e os indefinidos graus do possível. Considerando que

nesse contínuo todo julgamento modal está baseado em uma evidência, pode-se inferir que dentro do domínio evidencial também haja um contínuo, cuja qualidade da evidência pode variar entre a evidência atestada (direta) e a evidência não atestada (indireta).

1.4 Noção de gênero textual e domínio discursivo

Tendo em vista que neste trabalho uma parte do *corpus* é composta de textos acadêmicos e entrevistas orais, nas partes subseqüentes, serão feitas algumas considerações sobre gêneros textuais, domínio discursivo e língua oral e língua escrita.

Indicar ou ocultar a fonte da informação expressa em um enunciado é uma estratégia comunicativa fundamental na interação. Há alguns fatores que motivam a indicação da fonte, dentre eles, pode-se citar o gênero discursivo. Segundo Leibrunder (2000, p. 230), o texto científico (nesse caso artigo científico) deve obedecer algumas regras como o emprego de uma linguagem objetiva, concisa e formal; um padrão lexical (nominalizações, vocabulário técnico); emprego de verbos na 3ª pessoa do singular, acrescido da partícula “se” (índice de indeterminação do sujeito), ou na 1ª pessoa do plural (sujeito universal). Nesta lista proposta pela autora acrescentamos o uso das citações. Essas possuem a característica de implicitamente impor ao autor que, para imprimir maior credibilidade a seu argumento, ele deve se ancorar na autoridade de um outro, apresentando, assim, um conhecimento já consolidado.

Para entender as questões referentes a gênero textual e a domínio discursivo, toma-se como base Marcuschi (2000, p.4). Segundo o autor, “os gêneros são formas textuais estabilizadas, histórica e socialmente situadas; sua definição não é lingüística, mas de natureza sócio-comunicativa”. Os gêneros contribuem para ordenar e estabilizar as atividades comunicativas do dia-a-dia, entretanto não são instrumentos estanques. Segundo Marcuschi, dominar um gênero textual não significa dominar uma forma lingüística e sim uma forma de realizar lingüisticamente objetivos específicos em situações sociais particulares.

O autor propõe uma abordagem dos gêneros por meio do domínio discursivo. O domínio discursivo seria uma esfera social ou institucional, na qual se dão práticas de produção discursiva, ou seja, formas de comunicação. Nesse sentido, há os domínios jurídico, jornalístico, religioso,

acadêmico, jornalístico, publicitário, entre outros, cujas atividades específicas não abrangem um gênero em particular, mas dão origem a vários deles. Para Marcuschi, seria impossível se comunicar sem ser por algum gênero textual situado em algum domínio discursivo. Segundo o autor, os gêneros podem ser expressos nas modalidades oral e escrita. Assim, pode-se considerar que no domínio discursivo acadêmico circulam vários gêneros da modalidade oral e da modalidade escrita.

Nos limites deste trabalho, analisam-se os efeitos de sentido produzidos pela ME e pela EV em textos de domínios discursivos diferentes: artigos acadêmicos e entrevistas orais. Nessas entrevistas, os autores dos artigos explicaram oralmente o processo de produção de sua própria pesquisa.

1.4.1 Gênero entrevista

Segundo Marcuschi (2000), a entrevista é vista como uma constelação de eventos dos quais pode-se chegar aos gêneros individuais. Assim, tem-se, por exemplo, entrevista médica, entrevista judicial, entrevista de emprego, etc. Todas as entrevistas apresentam uma estrutura mínima que as unifica. É possível, entretanto, considerá-las muito diversificadas em suas formas de realização e em suas intenções.

Para o autor, pode-se dizer que o gênero entrevista possui itens gerais comuns a todos os subgêneros dessa constelação. Quanto ao modelo, sua estrutura, por exemplo, será sempre caracterizada por perguntas e respostas. Quanto ao papel desempenhado pelos atores, o entrevistador abre e fecha a entrevista, faz perguntas ao entrevistado e incita a transmissão de informações. Entretanto, os itens que diferenciam um subgênero do outro dizem respeito à função, o objetivo do evento, o público alvo, o tom de formalidade, etc. Dessa forma, o objetivo das entrevistas neste trabalho é servir como *corpus* para a investigação das marcas linguísticas que demonstram o nível de comprometimento do falante com o seu trabalho.

1.4.2 Língua falada e língua escrita

Há algumas décadas, as modalidades de língua oral e escrita eram vistas como antagônicas, predominando a noção de superioridade da escrita. A partir dos anos 80 (MARCUSCHI, 2003), houve uma mudança de visão em relação aos estudos da oralidade e da escrita e a dicotomia entre a fala e a escrita passou a ser questionada por vários autores, predominando a posição de que ambas as modalidades de língua podem ser concebidas como atividades interativas e complementares na sociedade.

Segundo Koch (1997, p.68), na relação entre língua falada e língua escrita, freqüentemente são apontadas as seguintes características:

Fala	Escrita
1.não-planejada	1.planejada
2.fragmentária	2. não fragmentária
3.incompleta	3. completa
4.pouco elaborada	4. elaborada
5.predominância de frases curtas, simples ou coordenadas	5. predominância de frases complexas, com subordinação abundante
6. pouco uso de passivas	6. emprego freqüente de passivas.

A autora adverte, entretanto que “estas diferenças *nem sempre* distinguem as duas modalidades, mesmo porque existe uma escrita informal que se aproxima da fala e uma fala formal que se aproxima da escrita, dependendo do tipo de situação comunicativa”. Dessa forma, pode-se concluir que essas generalizações só terão validade quando comparadas com modelos de fala e de escrita que apresentem características prototípicas.

A mesma posição é adotada por Marcuschi (2000; 2003). Segundo o autor, a oralidade e a escrita apresentam cada uma as suas particularidades:

elas fazem parte do mesmo sistema lingüístico. São, portanto, realizações de uma gramática única, mas que do ponto de vista semiológico podem ter peculiaridades com diferenças bem acentuadas, de tal modo que a escrita não representa a fala (p.21-22).

As diferenças entre tais modalidades de língua, entretanto, não se dão numa relação dicotômica de dois pólos que se opõem. As diferenças se dão dentro do contínuo tipológico das práticas sociais de produção textual. Para o autor, as confusões na identificação e na avaliação de semelhanças e diferenças entre a fala e a escrita foram as responsáveis pelas distorções que muitos autores cometeram ao considerarem a escrita como *monologada* e a fala como *dialogada*. Segundo Marcuschi (2003), para se evitarem as dicotomias estritas entre as duas modalidades de língua, deve-se compará-las no contínuo dos gêneros textuais, pois

o contínuo dos gêneros textuais distingue e correlaciona os textos de cada modalidade (fala e escrita) quanto às estratégias de formulação que determinam o contínuo das características que produzem as variações das estruturas textuais-discursivas, seleções lexicais, estilo, grau de formalidade etc., que se dão num contínuo de variações, surgindo daí semelhanças e diferenças ao longo de contínuos sobrepostos. (MARCUSCHI, 2003, p.42).

As diferenças produzidas entre a fala e a escrita também foram descritas por Chafe (1985,1987, 1994). Para o autor, alguns fatores como o contexto, a intenção do falante ou do escritor e o assunto sobre o qual se fala ou se escreve são responsáveis pelas diferenças entre a linguagem oral e a linguagem escrita. A fim de entender a capacidade que a linguagem tem de se adaptar aos mais diversos meios de interação, Chafe (1987) comparou quatro tipos de produções discursivas: conversação e conferência (modalidades de língua falada), carta e artigo acadêmico (modalidades de língua escrita), utilizando como categoria de análise a variedade de vocabulário, o nível de vocabulário, a construção de orações, o envolvimento e o distanciamento.

Segundo Chafe (1987), tanto os falantes como os escritores fazem uso da seleção lexical que expressa mais adequadamente seus pensamentos. Entretanto, nem sempre há uma relação perfeita entre pensamentos e a tradução desses pensamentos para a linguagem. O conhecimento da língua, por isso, demanda um enorme conhecimento vocabular, e, ainda um esforço cognitivo

para selecionar e utilizar adequadamente esse repertório lingüístico. A diferença é que, na língua escrita, o autor tem mais tempo para selecionar esse vocabulário, ao passo que, na língua falada, a seleção é feita quase que simultaneamente ao processo de produção, gerando uma variedade vocabular mais simples em comparação com a escrita.

Quanto ao nível de vocabulário, o autor salienta que praticamente todas as línguas têm vários níveis ou registros que vão do menos ao mais formal. O falante ou o escritor lança mão desse repertório lingüístico para atender seus propósitos ou intenções. Dessa forma, em uma conferência acadêmica, o nível vocabular é mais elaborado do que em uma conversação espontânea, mais coloquial em uma carta do que em um artigo acadêmico. Segundo Chafe (1987), esses contrastes entre os quatro gêneros de texto não são impostos por limitações cognitivas, e, sim, por questões de adequação.

Para Chafe (1987), a fala é produzida em jatos chamados de unidade entonacional. Cada unidade entonacional corresponde a uma unidade de idéia. As unidades entonacionais exibem um contorno entonacional coerente, são tipicamente limitadas por pausas e expressam o que está na memória de curto prazo do falante. Elas contêm os elementos sintáticos essenciais para chamá-las de oração, embora não precisem, necessariamente, corresponder a uma oração. Na pesquisa realizada por Chafe, as unidades entonacionais dos dois gêneros textuais representantes da língua falada são de aproximadamente seis palavras para a conversação espontânea, e sete palavras para a conferência acadêmica.

Embora as conferências acadêmicas sejam um gênero mais formal em relação à conversação espontânea, a pequena diferença no número médio de palavras por unidade entonacional se deve ao fato de esses dois gêneros estarem sujeitos às mesmas limitações impostas pela capacidade de “consciência focal”, ou, provavelmente, pela consciência que eles têm das limitações de capacidade do ouvinte. Segundo Chafe (1987), a conferência acadêmica representa um misto de duas linguagens, na qual predomina a união da produção rápida, característica da língua falada com nuances de uma escrita formal. Sob contextos relativamente informais, o autor observou que os falantes fizeram uso de um vocabulário limitado. Entretanto, apesar de frágil, houve um maior predomínio da modalidade de língua mais formal que nas conversações espontâneas.

Nos gêneros textuais representantes da língua escrita, as unidades de entonação apresentam uma média de oito palavras para as cartas, e uma média de nove palavras para os

artigos acadêmicos. As diferenças entre o tamanho das unidades entonacionais resultam, provavelmente, do fato de os autores de cartas escrevem mais rápido e com menos revisão do que os autores de textos acadêmicos, ou pelo fato de tentarem manter o estilo da língua falada por perceberem que unidades entonacionais menores tornam a leitura mais fácil.

A escrita acadêmica é considerada por Chafe (1987) como o extremo permitido pela linguagem escrita. Possui as unidades entonacionais mais longas, estrutura-se por meio de uma sintaxe bem formada, períodos compostos por subordinação, um vocabulário variado, citações, notas de rodapé etc, que conferem ao texto o instrumental necessário para que as unidades entonacionais sejam expandidas. Por outro lado, o uso mais freqüente de passivas, substantivação, etc diminui o envolvimento do autor com o texto.

Quanto ao grau de comprometimento do falante e do escritor, segundo Chafe (1985), todas as línguas possuem várias formas de expressar os pontos de vista dos falantes ou escritores. No entanto, há uma diferença entre EV na fala e na escrita. Essa diferença pode ser atribuída ao tempo, ou seja, os aspectos interativos entre fala e escrita.

O escritor tem mais tempo ou preocupa-se mais em considerar o estatuto de seu conhecimento, o grau de confiabilidade de seu texto, uma vez que o registro gráfico da escrita pode durar séculos. Na escrita, o autor tem tempo para reconhecer que sua verdade pode ser relativa. Lança então, mão de meios lingüísticos que expressam evidências que não o comprometam. Em contrapartida, na fala há uma ênfase nas reações indutivas (inferências baseadas em alguma evidência ou rumor), devido à rapidez com que é processada. Esse fato colabora para que haja menor tempo para formular hipóteses e prever suas conseqüências. Assim, as evidências presentes no texto escrito, na maioria das vezes citações, que fornecem credibilidade ao texto, não são tão utilizadas no texto falado.

Como foi dito na introdução deste trabalho, as constatações de Chafe (1987), a comprovação da capacidade que a linguagem tem de se adaptar aos mais diversos meios de interação, serviram de motivação para esta investigação.

CAPÍTULO II

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Considerações iniciais

O objetivo deste capítulo é apresentar as escolhas e decisões metodológicas realizadas para a execução deste trabalho. Inicialmente, é importante esclarecer que as categorias de análise empregadas foram determinadas a partir do suporte teórico de Dall’Aglío-Hattner (1995, 2001, 2007), Dik (1989,1997), Hengeveld, (1989) e Neves (1994, 1997, 1998,1999-2000, 2006).

Para o reconhecimento da distinção entre evidência direta e evidência indireta e as formas de expressão evidencial contamos com Dall’Aglío-Hattner (1995, 2001, 2007). A investigação da modalidade por meio da organização do enunciado em camadas foi subsidiada por Dik (1989,1997), Hengeveld, (1989) e Neves (1994, 1997, 1998,1999-2000, 2006).

2.1 Coleta e transcrição das entrevistas

O *corpus* desta pesquisa é constituído de 10 textos acadêmicos (artigos científicos) e de 10 entrevistas orais, nas quais os autores dos artigos comentam os resultados obtidos com o trabalho. Essas entrevistas fazem parte do *corpus* do Funcpar (Grupo de Pesquisas Funcionalistas do Norte/ Noroeste do Paraná) e sua coleta seguiu alguns critérios.

Solicitou-se previamente a cada um dos participantes um artigo científico de sua autoria. Após a leitura e análise do texto, elaborou-se uma entrevista semi-estruturada, cuja característica principal era um estilo informal, bem próximo a uma conversa em torno de um tópico.

A primeira pergunta que cada um dos participantes respondia era: “Qual a motivação para pesquisar o tema X?”. Observou-se que esse procedimento possibilitou um maior envolvimento

dos participantes com o conteúdo do que estavam falando, diminuindo-se o efeito “intimidatório” que o gravador geralmente causa aos entrevistados.

As demais perguntas, referentes aos temas discutidos nos trabalhos, foram elaboradas durante a leitura dos artigos científicos. Nessa leitura, foram selecionadas as partes dos textos nas quais os autores modalizaram seus pontos de vista. A partir dessas “pistas”, as perguntas foram selecionadas, e posteriormente respondidas pelos participantes.

As entrevistas foram transcritas alfabeticamente seguindo-se um padrão baseado nas normas do projeto NURC (PRETI, 1993, p.11-12) com algumas adaptações e segmentadas em unidades de entonação. Conforme mencionado anteriormente no item 1.4.2, segundo Chafe (1987), a fala espontânea não é produzida em um fluxo contínuo, mas em uma série de breves jorros que expressam a informação que está sendo focalizada pela consciência no momento da enunciação. Esses jorros são chamados por Chafe de unidades de entonação. Para a identificação dessas unidades, Chafe propõe três critérios:

- entonação: a maior parte das unidades termina com um contorno típico de final de oração;
- pausa: a separação entre as unidades é feita por uma breve pausa;
- sintaxe: há uma tendência para as unidades corresponderem a orações simples.

Esses critérios podem ser observados no exemplo a seguir, retirado de uma entrevista do *corpus*:

- .. estudar é uma coisa prazerosa,
- .. agora ESCREVER já:: ... faço por obrigação e pressionado.

Ambas as unidades se iniciam por pausa e têm a estrutura de uma oração. A primeira unidade tem curva entonacional estável, representada pela vírgula. A segunda unidade, por sua vez, tem entonação descendente, típica de final de oração, representada pelo ponto.

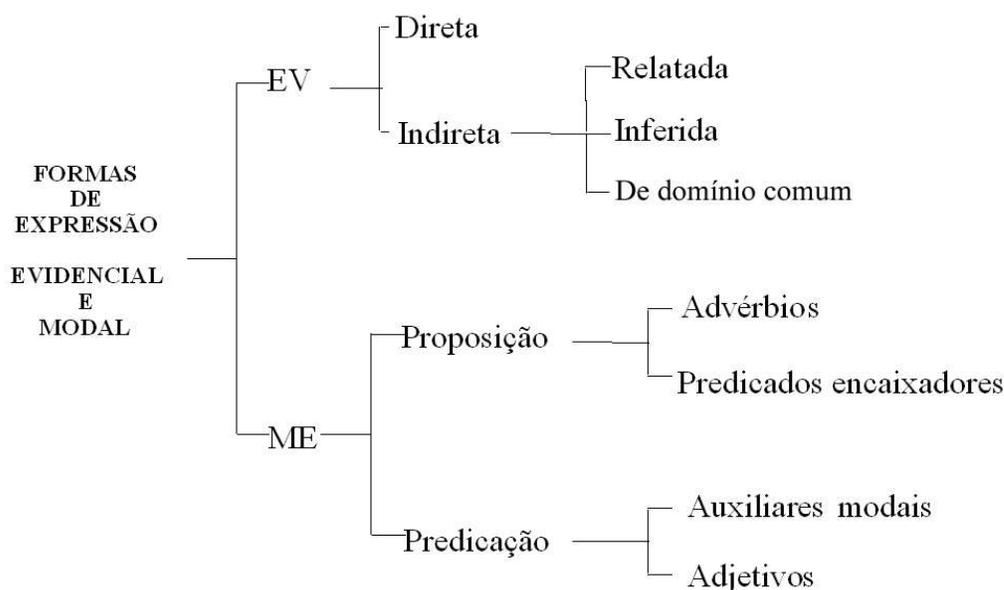
Chafe ainda faz duas observações importantes a respeito da identificação das unidades. A primeira é que nem sempre os três critérios aparecerão simultaneamente em uma unidade. A segunda é que nenhum dos três critérios é suficiente para identificar uma unidade, pois não se deve esperar que um fenômeno cognitivo se manifeste mecanicamente por meio de fenômenos lingüísticos.

2.2 Quantificação dos dados

A quantificação dos dados relativos aos mecanismos de ME e EV foi feita utilizando-se o programa Systemic Coder, versão 4.5. Desenvolvido por Mick O'Donnel e disponível para *download* no *site* www.wagsoft.com, o programa facilita a codificação de dados, permitindo ao usuário criar uma rede sistêmica hierárquica de traços lingüísticos. Após a segmentação dos dados a serem analisados, cada segmento é apresentado ao usuário, que seleciona na tela do computador os traços pertinentes àquele segmento. Ao final, os dados são apresentados estatisticamente, podendo ser cruzados ou exportados para outros programas estatísticos.

O Systemic Coder apresenta algumas vantagens sobre o pacote de programas Varbrul, muito utilizado na codificação de dados em pesquisas lingüísticas. Em primeiro lugar, o Systemic Coder dispensa a digitação de extensas cadeias de dados que devem ser processados por uma seqüência de programas até que seja obtido o resultado final. Em segundo lugar, o Varbrul foi desenvolvido para pesquisas sociolingüísticas variacionistas. Assim, os trabalhos que utilizam esse pacote de programas apenas para codificação de dados têm de utilizar toda uma terminologia variacionista alheia ao trabalho (como variáveis dependentes, variáveis independentes, peso relativo, etc), que acaba sendo descartada depois. O Systemic Coder, por sua vez, parte do pressuposto de que os elementos lingüísticos estão linearmente colocados.

O esquema sistêmico criado para a análise dos dados deste trabalho é representado na figura a seguir e cada sistema e subsistema será apresentado individualmente na seqüência.



Para criar o esquema, subdividiu-se as formas de expressão evidencial e modal em duas categorias de análise, a EV e a ME. Dentro do esquema sistêmico, essas duas categorias receberam o nome de sistemas. Partindo do pressuposto de que ME pode incidir sobre a predicação e a proposição das camadas oracionais, passou-se a considerá-las sub-sistemas da ME. Cada uma dessas opções recebeu os meios de expressão veiculadores da modalização epistêmica. Assim, no subsistema PROPOSIÇÃO, acrescentou-se mais um subsistema, englobando os itens lingüísticos advérbios e predicados encaixados, que têm como escopo de incidência a proposição. Na seqüência, procedeu-se da mesma forma com a PREDICAÇÃO. Foram acrescentados os itens lingüísticos da estrutura interna da predicação (auxiliares modais) e os itens lingüísticos que afetam a realidade do EsCo (adjetivos). O sistema EV tem como subsistemas os dois tipos de evidencialidade: a direta e a indireta, sendo que esta última subdividiu-se em relatada e inferida.

Após a segmentação dos dados, passou-se para à codificação. Ao clicar na tecla “coding”, aparecem na tela do computador os segmentos a serem analisados. Seleciona-se entre ME e EV aquela opção cujo traço é mais pertinente ao segmento a ser analisado. Na seqüência, o programa passa automaticamente para o próximo subsistema referente àquela categoria de análise. Ao final da codificação dos dados, seleciona-se a opção “statistics” e os dados são apresentados estatisticamente.

Feita a quantificação dos dados, passou-se à análise dos exemplos selecionados. Tal

análise foi feita com base nas seguintes categorias de análise.

2.3 Categorias de análise da EV

Para a análise dos efeitos de sentido produzidos pela EV nos textos orais e nos textos escritos, foram utilizadas as distinções encontradas nos estudos de Dall’Aglio-Hattner (2007). A seguir, expomos as categorias de análise utilizadas.

a) Ocorrência de evidenciais na modalidade de língua oral e na modalidade de língua escrita.

Nessa categoria de análise foi feito um levantamento do percentual de ocorrência da expressão evidencial nos textos orais e nos textos escritos.

b) Formas de expressão da evidencialidade.

As formas de expressão da EV foram agrupadas de acordo com a classe de palavra do item lexical veiculador de valor evidencial. Para tal fim, utilizaram-se as seguintes classes: verbo, advérbio, adjetivo, substantivo e outros (considerou-se como “outros” os seguintes sintagmas – Para X, Segundo X, De acordo com X, Conforme X).

c) Ocorrência de evidenciais diretos e indiretos.

Nessa categoria de análise os evidenciais foram identificados em **evidência direta** e **evidência indireta**. Na evidência direta a informação é atestada pelo falante por meio de uma experiência pessoal (visual, auditiva ou outro sentido). A evidência indireta subdivide-se em **relatada** (o falante obtém a informação por meio de outro falante), **inferida** (o falante infere a situação por meio da intuição, experiências prévias ou raciocínio lógico) e de **domínio comum** (a informação é apresentada pelo falante como de conhecimento de todos).

Por meio das seguintes categorias de análise, identificou-se no *corpus* de textos orais e de textos escritos como o falante obteve a informação.

- 1) Evidência direta.
- 2) Evidência indireta relatada: a) de fonte definida. b) de fonte indefinida.
- 3) Evidência indireta inferida.
- 4) Evidência indireta assumida como de domínio comum.

2.4 Categorias de análise da ME

Para a verificação e análise dos meios de expressão da ME nos textos orais e nos textos escritos, utilizou-se a abordagem funcionalista de organização do enunciado em níveis (DIK,1989,1997), (HENGEVELD, 1989) e (NEVES,1994, 1997, 1998,1999-2000, 2006). Segundo essa abordagem, a modalidade pode incidir sobre a predicação e sobre proposição. Dessa forma as categorias de análise foram:

a) Predicação

No nível da predicação verificou-se o percentual de ocorrência dos modalizadores epistêmicos que incidiam sobre esse nível, bem como o percentual de ocorrência de cada uma das formas veiculadoras de ME (verbos modais e adjetivos) nas duas modalidades de texto.

b) Proposição

No nível da proposição, também se verificou o percentual de ocorrência dos modalizadores epistêmicos que incidiam sobre a proposição, e ainda, o percentual de ocorrência dos meios lingüísticos que marcam a ME (advérbios e orações encaixadas).

Os dados e a discussão referentes a esse levantamento são objeto do próximo capítulo deste trabalho.

CAPÍTULO III

OS EFEITOS COMUNICATIVOS PRODUZIDOS PELA EV E PELA ME NOS TEXTOS ORAIS E NOS TEXTOS ESCRITOS: UM EXERCÍCIO DE ANÁLISE

Considerações iniciais

Neste capítulo, analisam-se os efeitos comunicativos da ME e da EV levando-se em consideração, principalmente, a inter-relação da forma lingüística com o contexto discursivo em que esta ocorre. Os dados encontrados no *corpus* serão apresentados por meio de quadros quantitativos, e, na seqüência, os dados serão analisados qualitativamente. Este exercício de análise tem por objetivo mostrar o funcionamento da ME e da EV nos textos orais e nos textos escritos. Primeiramente, serão analisados os dados referentes à EV e, na seqüência, os dados relativos à ME.

3.1 Marcas de evidencialidade presentes no *corpus*

Por considerar que todo conhecimento epistêmico se fundamenta em alguma evidência, neste exercício de análise serão apresentados, inicialmente, os dados referentes às marcas de EV.

No *corpus* analisado, foram encontradas 400 ocorrências de evidenciais, separadas de acordo com a modalidade de língua.

EVIDENCIAIS	Textos orais	Textos escritos	Total
	120	280	400

Quadro 4 – Ocorrência de evidenciais nos textos orais e nos textos escritos

As ocorrências de EV encontradas nos textos orais e nos textos escritos foram agrupadas de acordo com a classe de palavra do item lexical veiculador de valor evidencial (verbo, advérbio, adjetivo, substantivo). Os sintagmas formados pelas expressões *Para X*, *Segundo X*, *De acordo com X* foram classificados como outros. Os dados apresentados no quadro 5 se coadunam com as constatações de Dall’Aglia-Hattner (2007). Segundo a autora a evidencialidade é marcada preferencialmente por meio de verbos. No *corpus* em análise pode-se observar que tanto nos textos orais como nos textos escritos o percentual de ocorrência de verbos foi bastante significativo.

TIPO	TEXTO ORAL	TEXTO ESCRITO
VERBO	104 – 87%	91 – 32%
ADVÉRBIO	04 – 3%	07 – 2,5%
ADJETIVO	03 – 2,5%	03 – 1,2%
SUBSTANTIVO	09 – 7,5%	08 – 2,8%
OUTROS	0	171 – 61%
TOTAL	120 – 100%	280 – 100%

Quadro 5 – Formas de expressão da EV nos textos orais e nos textos escritos

Observa-se que, nos exemplos abaixo, a qualificação evidencial pode ser expressa por diversas formas em ambas as modalidades de língua. Percebe-se, entretanto, que cada uma dessas formas veicula no enunciado um efeito comunicativo diferente. No exemplo (1), a marca de EV expressa pelo verbo *sabe-se* indica que o falante considera a informação como sendo do conhecimento de todos. Nos exemplos (2 e 3), observa-se que o falante considera que qualquer pessoa é capaz de inferir a informação veiculada, diferentemente do exemplo (4), no qual o falante assume que a inferência veiculada na informação é estritamente dele. No exemplo (5) a origem do conhecimento é marcada como diferente do falante.

(1)

.. e **sabe-se** que é importante preservar as águas,
.. porque .. a água potável hoje já é um recurso considerado escasso.

(2)

.. ah:: a preocupação que eu tenho **evidentemente** é fazer um diálogo .. com a produção:: .. acadêmica a respeito do tema né,

(3)

não foi o único .. é **evidente**,
.. mas foi exatamente a/.. o teocentris::mo,

(4)

O objetivo hoje perseguido **parece** ser a superação desse modelo de atendimento e a reintegração da criança ao ambiente familiar.

(5)

Segundo Fonseca (1995), só se pode falar de integração quando há uma efetiva interação entre deficientes e não deficientes.

Com base nesses exemplos, pode-se constatar que as marcas evidenciais indicam a fonte da informação contida em um enunciado. Entretanto, essa fonte pode variar de acordo com o tipo de evidência apresentada. A informação asseverada em um enunciado pode ter como fonte o próprio falante ou pode ser uma informação compartilhada, ou seja, do conhecimento geral de todos. A informação pode ter sido obtida por meio de um relato de segunda ou terceira mão, ou ainda, inferida pelo falante. Assim, a fim de identificar os efeitos comunicativos produzidos pela EV nas duas modalidades de língua, subdividiu-se a EV em direta e indireta.

3.2 Evidencialidade direta

Constatou-se que nos textos escritos não houve marcas de EV direta atestada visualmente, auditivamente ou por meio de outro sentido. Os verbos de percepção sensorial (ver e ouvir) foram substituídos, no texto escrito, por verbos de ação mental como *perceber*, *observar* etc. Embora esses verbos estejam associados à percepção visual, não podem ser considerados marcadores evidenciais em todos os casos. Uma hipótese para explicar a ausência dessas marcas nos artigos acadêmicos é o tipo de evidência que se espera nesse gênero, ou seja, o texto científico pressupõe análise de dados sistemáticos testados empiricamente, e não observações a respeito de eventos que o produtor do texto tenha presenciado.

Nos textos orais, foram encontradas apenas duas ocorrências de EV direta atestada visualmente. O exemplo (6) ilustra um dos casos.

(6)

.. só que .. eu **vejo** que nós ainda estamos entrando em/ a população brasileira tá entrando no fast food,
.. e urgentemente o governo brasileiro tem que tomar providências a respeito disto,
.. campanhas publicitárias .. alguma forma .. sabe:: .. de melhorar isso,
.. já começou a ser feito com a:: a a:: .. Anvisa,
.. agora regulamentando a merenda escolar e a questão do trans no rótulo dos alimentos,
.. então o Mac Donald's já teve que se adequar,
.. se adequou principa/ principalmente porque os Estados Unidos .. agora tem lei lá,
.. eles são rede .. né .. uma rede mundial,
.. então eles se adequaram,
.. eh:: o Brasil precisa urgentemente se adequar aí,
.. para que a gente não continue com criança tendo infarto,
.. porque é o que a gente tem **visto**,
.. crianças com problemas cardíacos,
.. obesidade,
.. pessoas que não têm .. ao longo da vida,
.. nunca fumaram,
.. nunca beberam,
.. nunca tiveram fatores de risco que pudessem justificar um infarto,
.. e que tão tendo infartos precocemente .. né,

Observa-se que, no início desse enunciado, o uso do verbo *ver* na primeira pessoa do presente do indicativo confere mais confiabilidade à informação, uma vez que o falante é a fonte desse saber. Deve-se ressaltar que o verbo *ver*, apesar de ser um marcador de evidência direta, no exemplo, também pode levar a uma qualificação epistêmica, por ter sido utilizado por um pesquisador que tem conhecimento sobre o tema e se coloca como a fonte desse conhecimento. No caso de *a gente tem visto*, com o uso do verbo *ver*, tem-se uma EV indireta relatada assumida como de domínio comum no meio científico em que o pesquisador se insere.

3.3 Evidencialidade indireta relatada e inferida

Quanto às marcas evidenciais indiretas, verificou-se que elas apresentam diferentes efeitos de sentido tanto nos textos orais quanto nos textos escritos. O grau de confiabilidade da informação difere de acordo com o subtipo de EV (inferida ou relatada) utilizada pelo falante. No *corpus* analisado, foram encontrados os dois subtipos, conforme demonstra o quadro 3 abaixo:

EVIDENCIALIDADE	TEXTOS ORAIS	TEXTOS ESCRITOS
Inferida	99 – 82%	33 – 11,8%
Relatada	21 – 18%	247 – 88,2%
TOTAL	120 - 100%	280 – 100%

Quadro 6 – EV relatada e inferida nos textos orais e nos textos escritos

Os dados apresentados no quadro 6 se coadunam com as constatações a respeito da EV em textos orais e em textos escritos realizadas por Chafe (1987). Segundo o autor, na modalidade de língua oral, há uma ênfase maior nas reações indutivas (inferências baseadas em alguma evidência ou rumor), devido à rapidez com que a fala é processada, justificando a maior frequência de evidencialidade inferida nos textos orais do *corpus*. Por outro lado, nos textos escritos, predomina a EV relatada, em que o autor tem mais tempo para considerar o estatuto de

seu conhecimento e o grau de confiabilidade de seu texto. Desse modo, utiliza-se mais das marcas evidenciais relatadas para dividir responsabilidades ou conferir autoridade ao texto, uma vez que o autor do texto, em função do registro gráfico da escrita, terá de responder por aquilo que publicou (CHAFE, 1985).

3.4 Evidencialidade indireta inferida nos textos orais

O subtipo EV inferencial pode ser definido como aquela informação cujo conhecimento foi derivado de uma intuição, de um raciocínio lógico, ou ainda por meio de experiências observadas pelo falante. No quadro 3, constata-se uma nítida predominância de evidências inferidas: 82% das ocorrências. Uma hipótese para explicar esses dados está relacionada às condições de produção do texto oral. Quando o falante não tem certeza a respeito da validade de suas afirmações ou não dispõe dos dados que permitem uma afirmação categórica, prefere marcar sua dúvida para preservar sua face. Isso é feito principalmente por expressões do tipo *eu acho que*, como no exemplo (7) a seguir.

(7)

.. porque:: .. eu perdi a confiança no leite de caixinha .. após todos esse::/ esses episódios que aconteceram agora né com com com:: leite de caixinha,
.. **eu ainda acho** que o melhor leite é aquele/ é o de é o de saquinho,
.. o que você:: pega lá,
.. e consome em quatro dias né,
.. de acordo sete dias ou quatro dependendo lá da especificação da embalagem.. né,
.. é que eu/ eu particularmente não gosto de leite,
.. eu gosto de derivados de leite,
.. eu não bebo leite,
.. e:: eu como queijo .. né,
... mas eu:: pra minha família eu recomendo o de saquinho.

O exemplo (8) permite uma observação do funcionamento dos marcadores de EV inferida. Neste exemplo, o uso da expressão *eu acredito que* está relacionado à pesquisa feita pelo falante com seus orientandos da área de pedagogia, ou seja, ele se coloca como a fonte de uma informação na qual se pode confiar. Por outro lado, o uso da expressão *eu acho que* está relacionado a uma intuição ou suposição do falante, pois se refere ao que acontece nas escolas de ensino fundamental, nível de ensino com o qual o entrevistado não tem contato. Assim, por não poder garantir a veracidade da informação, usa uma expressão que demonstra incerteza (*eu acho que*).

(8)

.. eu eu **eu acredito** que:: .. o problema hoje,
.. eu já tive orientando de pedagogia nessa área .. né,
.. e:: eu pude perceber .. que:: ... um dos problemas é .. a formação dos professores de primeira à quarta série.
.. em geral eles não têm/ .. eles não gostam .. né,
.. eles não gostam,
.. e:: aqui na formação não se motiva .. que eles passem a gostar disso aí.
.. **eu acho** que aí quando eles termin/ a criança termina a quarta série,
.. ela praticamente não viu matemática,

Além de *eu acho que*, *eu acredito que*, também foram encontradas no *corpus* outras expressões da EV inferida, como *é evidente* (exemplo 9) e *parece que* (exemplo 10). Observa-se que, no exemplo (9), o falante constrói sua argumentação com uma inferência assumida como de domínio comum. Em (10), a informação é apresentada pelo falante como um conhecimento derivado de uma inferência que é só do falante.

(9)

.. éh:: eu/eu .. bom .. eu estou plenamente convencido de que um dos motivadores principais,
.. assim .. algo que:: levou os portugueses a cruzar o Atlântico e colonizar o Brasil ... fo::i,
.. não foi o único .. **é evidente**,
.. mas foi exatamente a/.. o teocentris::mo,

.. a crença .. que eles tinham no papel que eles .. deveriam desempenhar: na/na expansão do cristianismo,
.. na expansão da fé.

(10)

.. e tentei fazer uma discussão aí a partir daqueles dados coletados,
.. de/ do que tá sendo feito com a criança abandonada no Brasil.
.. a criança órfã né .. normalmente,
ou criança de lar desajustado,
.. não é mais uma política do estado manter esses orfanatos né,
.. agora a idéia é reinserir essas crianças na família e tudo mais,
.. então diminui muito a quantidade de vagas nesses orfanatos,
.. até a quantidade de orfanatos no Brasil né,
.. por um lado felizmente né,
.. por outro lado eu até discuto aí nesse trabalho que é .. estranho né,
parece que diminuiu a demanda por vaga em abrigos como o Lar X,
.. no entanto aumentou a demanda por vagas em lar de crianças infratoras.
.. então você fica pensando pera aí,
tem uma ou alguma coisa errada né.

3.5 Evidencialidade indireta inferida nos textos escritos

A evidencialidade indireta inferida teve baixa frequência de ocorrência nos textos escritos do *corpus* (11,8%). Talvez isso possa ser explicado pelos fatores que condicionam a elaboração de um texto acadêmico (cf. item 1.9). Um desses fatores é a busca de objetividade e de validade para as informações nele contidas, ou seja, o autor do texto deve demonstrar que as informações de seu texto foram obtidas com rigor científico para que tenha credibilidade. Assim, não se espera, nesse gênero de texto, por exemplo, que o autor faça generalizações a partir de inferências não comprovadas.

Embora a frequência desse tipo de marca evidencial seja baixa nos textos escritos do *corpus*, as ocorrências que foram encontradas têm a função de relativizar afirmações que, por um motivo ou outro, não possam ser comprovadas categoricamente. Na tentativa de preservar sua face, o autor do texto utiliza-se de *parecer* (exemplos 11), *acredita-se* (exemplo 12) e *aparentemente* (exemplo 13). Já com o uso de *evidente* (exemplo 14), *evidentemente* (exemplo

15), o autor do texto pressupõe como sendo de domínio comum as premissas que constroem a inferência.

(11)

As políticas de amparo à criança não estimulam mais a criação de orfanatos. O objetivo hoje perseguido **parece** ser a superação desse modelo de atendimento e a reintegração da criança ao ambiente familiar.

(12)

Acredita-se, portanto, que a inclusão de alunos com necessidades educativas especiais em classe comum do ensino regular apenas terá condições de se concretizar quando realmente houver respeito e aceitação à diferença;

(13)

No diálogo a seguir, outro participante, dessa vez A5, manifesta seu desejo determinista. **Aparentemente** após a manifestação de A8, o participante A5 deixa de lado o receio (emoção) de se manifestar e se coloca contrária à técnica empregada. Quando o Prof. 1 sugere a existência de mais de uma função como solução do problema, percebemos claramente a crença matemática nos professores participantes, do paradigma da solução algorítmica e única.

(14)

Enfim, este estudo deixa **evidente** a complexidade e a abrangência do tema, sendo por isso impossível encerrá-lo, ou melhor, esgotá-lo nas dimensões desse estudo, sugerindo-se que outras pesquisas sejam feitas.

(15)

Antes de tudo é bom salientar que a primeira atividade do curso foi **evidentemente** a instalação do software Winplot no microcomputador que seria utilizado pelo participante.

3.6 Evidencialidade indireta relatada nos textos orais

Nos textos orais, observou-se uma baixa frequência de ocorrência da EV indireta relatada (18%). A explicação para esses dados pode estar relacionada às condições de produção das entrevistas que compõem o *corpus* oral deste trabalho. Deve-se ressaltar que as perguntas diziam respeito, principalmente, aos resultados obtidos com a pesquisa que originou o artigo fornecido para a formação do *corpus* de língua escrita. Dessa forma, não havia necessidade de o entrevistado tecer considerações teóricas sobre o tema, fazendo referência a autores da área etc. No quadro 7, pode-se observar a frequência de ocorrência dos sub-tipos de EV relatada nos textos orais.

Relatada de fonte definida	6 – 29%
Relatada de fonte indefinida	3 – 14%
Assumida como de domínio comum	12 – 57%
TOTAL	21 – 100%

Quadro 7 – Sub-tipos de EV relatada nos textos orais

3.6.1 Evidencialidade indireta relatada de fonte definida nos textos orais

Nos textos orais do *corpus*, as referências a autores apareceram somente quando o entrevistado precisava fornecer algum tipo de informação teórica essencial para a compreensão dos resultados obtidos, como nos exemplos (17) e (18).

(17)

hoje o formalismo é muito forte,
.. ele ele:: não foi abandonado.
.. a matemática é PURAMENTE formal,

.. a matemática PURA ... ela é extremamente formal,
.. **baseado numa corrente .. né .. que começou com o Hilbert,**
.. **ele** falou “olha .. a gente tem que escrever a matemática .. de uma maneira formal .. pra que ela esteja acima de qualquer coisa .. tá?”

(18)

.. porque eu trabalho .. numa perspectiva .. crítica tá,
.. então assim:: o meu trabalho é respaldado pela psicologia histórico-cultural,
.. principalmente com **Vigotski** né,
.. e **ele** coloca o quê?
.. que a criança né .. o desenvolvimento de uma criança éh::/ a criança tanto a criança normal como a deficiente elas podem se desenvolver .. tá,
.. e tanto uma quanto a outra né .. tem .. condições para isso,
.. quer dizer a diferença né com a:: criança deficiente principalmente a mental é que ela vai precisar de mais .. estímulo,

Um outro caso de EV relatada de fonte definida pode ser encontrado no exemplo (19), em que o falante, por considerar necessário indicar os parâmetros que serviram para a análise da qualidade da carne pesquisada, faz menção ao *Departamento de Saúde da Inglaterra*.

(19)

.. AGPI quer dizer .. Ácido Graxo Poli Insaturado,
.. AGS quer dizer .. Ácido Graxo Saturado.
.. então quando você faz a razão de AGPI e AGS,
.. éh:: .. **o departamento de saúde da Inglaterra .. ele recomenda assim ..** que quanto maior for o valor dessa razão,
.. mais saudável é a carne,
.. porque você tá consumindo mais ácido graxo poli-insaturado e menos ácido graxo saturado,
.. então quer dizer .. uma vez que você consome mais ácido graxo poli-insaturado,
.. menos chance você tem de ter doenças como por exemplo .. éh:: doenças cardíacas,
.. doenças venosas,
.. entupimento de veias pelo acúmulo de ácido graxo saturado,
.. porque a carne .. de gado .. ela é rica em ácido graxo saturado.
.. entendeu?
.. então .. o inverso na outra,
.. então quando você tem um alto consumo de ácido graxo saturado,
.. você tende a:: reduzir esse valor aqui,
.. então não é interessante que você tenha um valor muito baixo .. dessa razão de AGPI e AGS,

.. quanto maior o valor,
quer dizer que mais ácido graxo poli-insaturado você tem na carne,
.. mais saudável ela é.

3.6.2 Evidencialidade indireta relatada de fonte indefinida nos textos orais

Nos textos orais, houve apenas 3 ocorrências de EV relatada de fonte indefinida. Nos exemplos (20) e (21), observa-se que a origem do conhecimento é marcada como diferente do falante. Entretanto, observa-se que esse fato não torna a informação duvidosa, porque é provável que a intenção do falante fosse esclarecer as dúvidas do entrevistador, sem perder de vista que ele explicava uma pesquisa científica e dados comprovados empiricamente para um leigo no assunto.

(20)

.. **existem estudos** que comprovam que a gordura trans de origem animal ela é benéfica pra saúde,
.. enquanto de origem vegetal ela é maléfica.

(21)

.. e:: **estudos mostraram** que dois desse::s ácidos graxos .. onde tem essa dupla conjugada,
.. eles têm uma atividade muito interessante pro organismo,
.. um deles .. que é o que tem em maior quantidade no leite,
.. mais de 90% no leite,
.. que é o o o:: 18/2,
.. ele tem atividade anti-carcinogênica comprovada,

3.6.3 Evidencialidade assumida como de domínio comum nos textos orais

Em alguns casos, o falante não fez nenhuma indicação de como obteve a informação, deixando evidente que essa informação é de domínio comum. Em todas as ocorrências, o falante fez uso do verbo *saber*, como pode ser observado nos exemplos (22) e (23).

(22)

esse setor industrial gera uma grande quantidade de rejeito,
.. e esse rejeito normalmente é lançado sem tratamento algum,
.. porque é uma quantidade muito grande de água.
.. então não há um tratamento adequado,
.. ou ainda um tratamento alternativo pra tratar esse rejeito.
.. e **sabe-se** que é importante preservar as águas,
.. porque .. a água potável hoje já é um recurso considerado escasso.

(23)

... é importante ter essa legislação pra regulamentar,
.. entretanto **a gente sabe** que embora ela exista,
.. falta fiscalização.
... porque éh:: as pessoas não aplicam,
.. infelizmente não aplicam,
.. as indústrias não aplicam,
.. poucas são as indústrias,
.. éh:: .. e quando recebem uma multa normalmente.

3.7 Evidencialidade indireta relatada nos textos escritos

Tendo em vista imprimir maior credibilidade aos seus argumentos, os autores dos textos acadêmicos que compõem *corpus* escrito deste trabalho utilizaram com muita frequência a EV indireta relatada: 88,2%. No quadro 8, apresenta-se a frequência de ocorrência dos sub-tipos da EV indireta relatada nos textos escritos.

Relatada de fonte definida	236 – 95,5%
Relatada de fonte indefinida	4 – 1,6%
Assumida como de domínio comum	7 – 2,9%
TOTAL	247 – 100%

Quadro 8 – Sub-tipos de EV relatada nos textos escritos

3.7.1 Evidencialidade indireta relatada de fonte definida nos textos escritos

Nos textos escritos do *corpus*, a fonte definida representa a grande maioria das ocorrências. Na maioria delas, as palavras do autor citado estão incorporadas ao texto, servindo como argumento para que o autor sustente sua tese. Segundo Benites (2002, p. 96), ao fazer uso da citação, “o locutor citante ancora a veracidade de sua afirmação na pessoa do locutor citado”, conferindo legitimidade ao seu texto. Assim, pode-se dizer que a citação é um recurso muito utilizado no texto acadêmico. Observou-se, na análise, que as expressões *segundo X* (exemplo 24) e *de acordo com X* (exemplo 25) foram as mais produtivas para a expressão desse tipo de EV.

(24)

Segundo Kleiman (1993), as práticas de leitura como decodificação não modificam em nada a visão de mundo do leitor, pois se trata apenas de automatismos de identificação e pareamento das palavras do texto com as palavras idênticas de uma pergunta ou comentário.

(25)

De acordo com Gómez Chacón (2003, p.20) “As crenças matemáticas são um dos componentes do conhecimento subjetivo implícito do indivíduo sobre a matemática, seu ensino e sua aprendizagem”. As crenças podem ser do estudante, do professor ou dos pais, e divididas em crenças sobre a matemática ou sobre si mesmo e suas relações com a matemática.

3.7.2 Evidencialidade indireta relatada de fonte indefinida nos textos escritos

Apresentar a origem da fonte é uma estratégia lingüística que confere credibilidade ao texto científico. Assim, concordamos que não há espaço para uma fonte indefinida nesse gênero textual, uma vez que “não interessam ao discurso científico as afirmações de validade limitada ou indefinida” (DALL’AGLIO-HATTNER, 2007). No entanto, no exemplo (26), a fonte indefinida foi expressa por meio do sujeito indeterminado. Esse recurso, apagamento do sujeito do discurso, confere ao texto uma certa objetividade.

(26)

Neste aspecto, **pode-se** dizer que, a partir de um momento, a imigração incendiou a imaginação de importantes pensadores e líderes políticos, despertando neles inusitadas ambições de desenvolvimento nacional.

3.7.3 Evidencialidade assumida como de domínio comum nos textos escritos

Nos exemplos de EV assumida como de domínio comum, apesar de o autor não indicar como obteve a informação, apresentando-a como de domínio comum, observa-se que essa informação é toda construída durante a argumentação (exemplo 27).

(27)

Tal proposta [uma aliança proposta pelos portugueses ao Samorim que visava o combate ao infiel mulçumano], **como sabemos**, somente poderia ser efetuada porque D. Manoel havia recebido informações de Vasco da Gama que o Samorim de Calicute era cristão. Segundo o autor dos diários da descoberta da Índia: “Calicute é cidade de cristãos que são homens morenos. Usam barbas grandes e cabelos compridos, alguns trazem as cabeças raspadas, outros, tosquiadas.

3.8 Marcas de modalização epistêmica presentes no *corpus*

A ME, apoiada no eixo do conhecimento, é aquela em que o falante “expressa uma avaliação sobre o valor de verdade e as condições de verdade da proposição” (CASTILHO & CASTILHO, 2002, p. 206). Ao modalizar seu enunciado epistemicamente, o falante qualifica a probabilidade de o conteúdo de uma proposição ser ou poder tornar-se verdadeiro.

Segundo a abordagem funcionalista de organização da frase em camadas, a ME pode ter como escopo a predicação e a proposição. Ao situar a qualificação epistêmica no nível da predicação, o falante apenas avalia o estatuto de realidade do EsCo descrito pela predicação como certo, provável ou possível. Nesse nível (predicação), o falante não se responsabiliza pelo valor de verdade de seu enunciado, ele simplesmente descreve a situação em que está envolvido.

Em contrapartida, ao situar a ME no nível da proposição, o falante se responsabiliza pessoalmente pelo conteúdo do enunciado. Assinala com diferentes graus de adesão ou certeza a informação veiculada. Dessa forma, a avaliação epistêmica posiciona o falante em algum ponto do contínuo entre a certeza e o possível. Verifica-se, porém, que essa gradação proporciona diferentes efeitos de sentido ao enunciado.

Quando o falante se posiciona no extremo da certeza, avalia o conteúdo do seu enunciado como verdadeiro, bloqueando, assim, a possibilidade de que o dito seja relativizado ou questionado. Por outro lado, quando se coloca no terreno das possibilidades, apresenta essa qualificação como independente de sua avaliação. O número de ocorrências dos modalizadores do certo e do possível encontrados no *corpus* podem ser observados no quadro 9.

MODALIZADORES EPISTÊMICOS	Textos orais	Textos escritos
	111	141

Quadro 9 – Frequência de ocorrência dos modalizadores epistêmicos nos textos orais e nos textos escritos

A partir da codificação do total de ocorrências, os modalizadores epistêmicos foram classificados conforme o nível da camada oracional em que se encontravam. Os percentuais de ocorrências de modalizadores no nível da predicação e no nível da proposição podem ser observados no quadro 10 a seguir.

MODALIZAÇÃO EPISTÊMICA	Textos orais	Textos escritos
Nível da predicação	51 – 46%	108 – 77%
Nível da proposição	60 – 54%	33 – 23%
TOTAL	111 - 100%	141 – 100%

Quadro 10 – Frequência de ocorrência da ME no nível da predicação e da proposição

Como pode ser observado, nos textos orais, a frequência de ocorrência dos modalizadores epistêmicos no nível da proposição é um pouco mais alta do que a frequência de ocorrência

desses modalizadores no nível da predicação. Pode-se recorrer às particularidades dos textos que formam o *corpus* para se elaborar uma explicação para esses dados. Na entrevista, os falantes discutiam as descobertas que haviam publicado nos textos acadêmicos que compõem o *corpus* escrito deste trabalho, ou seja, os dados obtidos com as pesquisas já haviam sido apresentados nos artigos e, na entrevista, os falantes avaliavam e definiam seu grau de comprometimento com esses “fatos possíveis”, como no exemplo (28) a seguir:

(28)

.. não acredito que só a capacitação de professores é suficiente .. e escolas com metodologias adequadas,
.. éh:: nesse momento agora né seja suficiente,
 eu acho que a gente tem outras questões,
.. como né o preconceito,
.. a discriminação,
.. o estigma,
.. o rótulo,
.. e coisas que foram construídas historicamente que a gente precisa dê/ desconstruir para construir uma nova sabe,
.. uma nova visã::o sabe,
.. outras crenças né,
.. porque a crença hoje .. **no meu ponto de vista pelo que tenho estudado,**
.. o que prevalece ainda é que o deficiente ele é incapaz.

No que diz respeito aos textos escritos, a maior frequência de ocorrência dos modalizadores epistêmicos no nível da predicação (77%) está relacionada às características do gênero analisado, o artigo acadêmico no domínio discursivo científico. Como já foi mencionado anteriormente (cf. item 1.9), o artigo acadêmico deve transparecer objetividade, imparcialidade (TASCHETTO, 2002), de forma que a expressão de atitudes subjetivas do falante não aparece com muita frequência, ocasionando uma menor ocorrência de modalizadores no nível da proposição (23%). No caso dos modalizadores epistêmicos no nível da predicação, o falante avalia a “realidade do estado de coisas (...) independente da opinião pessoal” (NEVES, 2006). Assim, o pesquisador, ao escrever seu artigo, utiliza seu conhecimento para tentar descrever os dados obtidos em sua pesquisa, favorecendo a maior frequência de modalizadores epistêmicos no nível da predicação, como no exemplo (29).

(29)

É possível que dois leitores com objetivos diferentes extraiam informações distintas do mesmo texto.

Nos itens a seguir, apresentam-se os principais meios lingüísticos de expressão da ME encontrados no *corpus*.

3.8.1 ME no nível da predicação nos textos orais

Nos textos orais do *corpus*, das 51 ocorrências de modalizadores epistêmicos no nível da predicação, 90,2% são auxiliares modais e 9,8% são predicados adjetivais. Como pode ser observado no exemplo (30), o falante descreve a ocorrência do EsCo descrito por ele como provável. No exemplo (31), observa-se que a possibilidade de ocorrência do EsCo é feita pelo falante de acordo com o conhecimento que ele possui sobre situações possíveis. Embora se possa considerar que o enunciado (31) expresse a avaliação subjetiva do falante, é inegável que esse enunciado está totalmente isento de marcas de julgamento.

(30)

então:: essa é uma pergunta que que:: os historiadores se fazem né,
.. e há uma discussão na historiografia em torno disso,
.. então é/é .. agora na maneira como eu vejo ho::je,
.. e o conhecimento da gente é sempre provisório né,
.. nem sempre eu vi assim,
... eu já vi isso de forma diferente,
.. e **pode ser** .. que eventualmente no futuro eu também venha ver de uma outra forma,
.. mas eu/eu ho::je .. eu acredito profundamente que são duas coisas indissociáveis,
.. ou seja .. éh::/ se a gente observa toda a documentação da coroa portugue::sa,
.. documentação oficial:: e tudo isso,

(31)

- .. uma vez que a validade ta vencida,
- .. extrapolou,
- .. **é impossível** recuperar as qualidades do leite,
- .. o que você pode fazer é mascarar,
- .. que é o que eles tentaram fazer,
- .. eles colocavam lá a água oxigenada,
- .. peróxido de hidrogênio pra pra quê?
- .. matar microorganismos.

3.8.2 ME no nível da proposição nos textos orais

Nos textos orais do *corpus*, das 60 ocorrências de ME no nível da proposição, 82% delas foram expressas por advérbios e 18% expressões.

Por meio de advérbios modalizadores epistêmicos, o falante se posiciona perante os fatos e eventos descritos pela proposição e avalia seu valor e condições de verdade. Segundo Neves, “os advérbios modais, por sua vez, não são parte do significado proposicional, mas expressam uma atitude do falante em relação à proposição: modalização da proposição” (NEVES, 1999-2000, p.105). Por estarem situados no nível 3 (modalidade subjetiva), os advérbios não podem ser alcançados pela negação, hipótese e interrogação, uma vez que o falante não pode negar sua própria atitude ou perguntar sobre ela.

Os advérbios modalizadores são divididos em três subclasses: asseverativos afirmativos, asseverativos negativos e asseverativos relativos (NEVES, 2000). Os asseverativos relativos (*talvez, possivelmente, etc*), como pode ser observado no exemplo (32), indicam que o falante considera o conteúdo da proposição quase certo, próximo à verdade, como uma hipótese que depende de confirmação, e, por isso mesmo, o falante se furta a comprometer-se com a verdade ou com a falsidade da proposição. Os asseverativos afirmativos (*realmente, com certeza, etc*), como pode ser observado no exemplo (33), e os asseverativos negativos (*de jeito nenhum, de forma alguma, etc*), como pode ser observado no exemplo (34), indicam que o falante considera o conteúdo da proposição apresentado por ele como uma afirmação ou uma negação, sem margem para dúvidas. Esses advérbios estão sempre ligados ao saber do falante.

(32)

.. porque se eu tivesse feito:: um artigo assim so::bre algum:: tema da disciplina,
.. mas sem ir pra ca::mpo,
.. talvez teria sido uma coisa mais menos apaixonante né,
.. poderia ter sido mais simples mas muito menos apaixonante.

(33)

.. é cada criança nessa::s instituições ela tem uma ficha,
... e eu não tinha acesso a essas fichas.
.. eu imagino que ali .. **REALMENTE** tenha muitos dados,
.. se você for pensar a quantidade de crianças que a gente vai jogando aí no texto que ..
passa::ram por essas instituições,

(34)

.. e não uma inclusão .. como essa .. eu não defendo não,
.. **de jeito nenhum,**
.. sou contra também essa história de acabar com as APAEs,

Para reforçar o grau de certeza do que era dito, o falante também se utilizou de expressões que podem ser consideradas ME no nível da proposição (18%). No exemplo (35) abaixo o falante usa a expressão *no meu ponto de vista pelo que tenho estudado* para demonstrar seu comprometimento com aquilo que ele acredita. .

(35)

eu acho que a gente tem outras questões,
.. como né o preconceito,
.. a discriminação,
.. o estigma,
.. o rótulo,
.. e coisas que foram construídas historicamente que a gente precisa dê/ desconstruir para
construir uma nova sabe,
.. uma nova visã::o sabe,
.. outras crenças né,
.. porque a crença hoje .. **no meu ponto de vista pelo que tenho estudado,**

.. o que prevalece ainda é que o deficiente ele é incapaz.

3.8.3 ME no nível da predicação nos textos escritos

Das 108 ocorrências de ME no nível da predicação nos textos escritos, 80% são auxiliares modais e 20% são predicados adjetivais. Nos exemplos (36) e (37), pode-se observar que o pesquisador utiliza o conhecimento adquirido com a pesquisa para fornecer ao leitor a avaliação de que há uma possibilidade de ocorrência do EsCo. Observa-se que o uso do futuro do presente em (36) intensifica a noção de possibilidade do enunciado. Em ocorrências como (38), a avaliação do autor indica uma probabilidade maior. Isso ocorre devido ao cotejo que o autor faz entre o EsCo designado pela predicação e o conhecimento que ele possui sobre as situações possíveis, ou seja, a descrição deste EsCo pode ser feita com um grau de certeza maior porque o autor tem dados coletados com a pesquisa que lhe permitem modalizar no extremo do provável.

(36)

Em especial, no ensino de adultos, **poderão aparecer** atitudes de desavenças que dificultarão a execução do planejamento do curso caso não sejam controladas.

(37)

É possível que dois leitores com objetivos diferentes extraiam informações distintas do mesmo texto.

(38)

É bem provável que os posseiros não tivessem consciência do que significava aquela aproximação - embora ela resolvesse parte dos seus problemas - como **é bem provável** também que o PCB soubesse que aquela aproximação poderia se desfazer tão rapidamente como ela foi realizada.

3.8.4 ME no nível da proposição nos textos escritos

Assim como ocorre nos textos orais, a expressão da ME no nível da proposição nos textos escritos (33 ocorrências) é feita principalmente por advérbios (79% - exemplos 39 e 40). A partir dos exemplos, observa-se que os advérbios modalizadores são empregados para marcar maior ou menor grau de adesão do autor. O advérbio *certamente* em (39) e a locução *sem dúvida* em (40) demonstram que os autores se comprometem com o conteúdo de seus enunciados, resultando assim, em maior credibilidade e autoridade ao texto. Outras formas de expressão da ME no nível da proposição também foram encontradas e correspondem a 21% das ocorrências. Pode-se observar um exemplo em (41), em que o falante utiliza a expressão *com segurança* para demonstrar seu grau de certeza com o valor de verdade da proposição.

(39)

No entanto, esta prova mostra uma leitura autoritária, legitimada **certamente** pela compreensão e pelo ponto de vista do elaborador.

(40)

A Força Policial, por estar fazendo um trabalho para os grileiros, era um inimigo a ser combatido, **sem dúvida**. Mas era considerado um inimigo fácil. Primeiro por que eram profissionais despreparados para o embate em situação de guerrilha.

(41)

No entanto, a despeito da diversidade de temas que sua obra abarca, podemos afirmar **com segurança** que há uma única idéia que organiza a abordagem de todos eles.

3.8.5 Ausência de marcas de EV e ME

Neste trabalho, concorda-se com a posição defendida por De Haan (1999) de que a EV e a ME são categorias distintas. A primeira codifica a fonte da informação e a segunda, a avaliação do falante, ou seja, seu grau de certeza com relação à informação. Obviamente, essa avaliação é feita com base em evidências, entretanto, não há uma correlação entre o comprometimento epistêmico e a evidência, pois apresentar ou não as evidências de como se obteve a informação não diminui a crença do falante na informação.

Pode ser que o falante julgue que o conteúdo de seu enunciado não contenha argumentos suficientes para mudar a informação pragmática do ouvinte. Ele assim lança mão de meios lingüísticos que o ajudem a dar sustentação à sua verdade. Ou ainda, a avaliação epistêmica feita pelo falante encontra-se assentada em um grau de extrema certeza, dispensando, dessa forma, o uso dos marcadores evidenciais.

Nos textos orais, foram encontradas estruturas com verbo de cópula mais sintagma adjetival ou nominal [COP +SA], [COP+SN], nas quais, há uma completa ausência de ME e, principalmente, ausência de marcas de EV. Consideramos esses enunciados desprovidos de marcas de EV e ME como sendo asseverações totais (AT).

Segundo Kerbat-Orecchioni (1977, *apud* Coracini, 1991), a ausência de modalização deve ser entendida como parte de uma intencionalidade subjacente cujo objetivo do enunciador é causar no co-enunciador a impressão de objetividade, neutralidade e, conseqüentemente, favorecer a veracidade do conteúdo asseverado. No discurso científico escrito, objeto de pesquisa de Coracini (1991), é possível que a ocultação dos modais tenha esse propósito.

Entende-se a ocultação da avaliação epistêmica nas asseverações totais (AT) dos textos orais de forma diferente. Quanto maior a certeza do falante a respeito do seu conhecimento sobre o assunto da sua pesquisa, menor a necessidade de utilização de modalizadores epistêmicos e evidenciais.

É claro que nos exemplos citados no extremo da certeza (43-47), tem-se pesquisadores que se dedicaram a um tema, estudaram, compararam dados e chegaram a conclusões etc, e, por isso, a partir da conclusão de seus estudos, julgam-se competentes para asseverar seus enunciados. Com base nisso, talvez seja possível afirmar que a manifestação da certeza possa também ocorrer de forma não-marcada, como nos exemplos abaixo.

(43)

.. eu vou falar como deveria ser o processo .. tá.
.. o fato do leite ser pasteurizado dessa forma .. a temperatura ultra alta,
.. ser embalado,
.. acondicionado .. numa caixa,
.. onde você tem .. ausência de ar,
.. ausência total .. de luminosidade,
.. e ele tá ali praticamente embalado como numa atmosfera como se fosse a vácuo,
.. como se fosse,
.. **não é vácuo,**
.. mas ele tá ali fechadinho,
.. isso não permite que os micro organismos cresçam,
.. **ausência da luz é fundamental** ali .. tá,
.. então .. a única coisa que pode ser adicionada no leite de caixinha .. é uma solução tampão,

(44)

E - mas a trans não é a industrializada?

I - todo mundo pensa isso,

.. mas a trans ela existe naturalmente em todos/ tudo,
.. só que numa quantidade ta::o pequena que nossa nosso organismo não reconhece,
.. e isso nunca trouxe problema ao ser humano.
.. o que que acontece?
.. ao longo dos anos,
.. o homem o que que ele foi fazendo?
.. o sal .. ele tava lá no mar,
.. bem quietinho,
.. todo todo sal que a humanidade ingeria era proveniente do dos alimentos,
.. dos vegetais,
.. da própria carne.
.. com o passar do tempo o que que o homem fez?
.. foi lá no mar,
.. concentrou sal,
.. e jogou no alimento.
.. o homem só se alimentava de óleo presente nas castanhas,
.. na própria carne,
.. no no leite.
.. o que que o homem fez?
.. pegou a soja,
.. foi lá na indústria,
.. concentrou,
.. agora joga esse óleo na comida.
... então a a gente tá concentrando isso,
.. e é a mesma coisa que foi feita com a gordura trans com a hidrogenação do óleo vegetal,
.. porque no óleo vegetal em si não tem tanta gordura trans,

- .. não é uma quantidade significativa,
- .. só que o que que você faz?
- .. você pega o óleo vegetal,
- .. e você hidrogena pra poder virar gordura,
- .. ter a característica de gordura,
- .. margarina né,
- .. a gordura que a gente usa pra pra pra:: fritar,
- .. pra ficar crocante,
- .. a gordura que antes o Mac Donald's usava pra batata ficar gostosa,
- .. sequinha,
- .. a batata do chips.
- .. e o que que essa gordura vegetal hidrogenada tem?
- .. **ela é riquíssima em trans,**

Quanto à EV, nas ocorrências, verificou-se que também houve a ocultação de evidências. Segundo Dall'Aglio-Hattner,

a avaliação epistêmica é feita a partir do conjunto de conhecimentos e crenças que o falante possui. Ocorre, porém, que esse conjunto de informações (as evidências) pode ou não ser explicitado pelo falante, segundo as suas intenções comunicativas (2001, p.116).

Observa-se, nos exemplos com AT, que apresentar ou não as evidências não diminui a crença do falante na informação, entretanto, concordamos com a autora quando afirma que “a avaliação é feita a partir do conjunto de conhecimentos e crenças que o falante possui”. Assim, pode-se afirmar que os enunciados abaixo contêm uma ausência significativa de EV, ou seja, o conjunto de conhecimentos e crenças a partir dos quais o falante pode fazer uma AT está intimamente relacionado à sua pesquisa. Nesse caso, ser pesquisador significa poder comprometer-se com certas verdades.

No exemplo (43), o falante assevera que a ausência de luz é fundamental para que não proliferem os microorganismos no leite. Esse saber não se sustenta em uma convicção apriorística, ele é fruto de estudos e pesquisas, por isso a extrema certeza no enunciado. Em (44), o conhecimento adquirido com a pesquisa sobre ácidos graxos permite que o falante faça uma afirmação sobre a concentração de gordura trans na batata *chips*. Observa-se que a pergunta do

entrevistador (*mas a trans não é a industrializada?*) desencadeou uma explicação que demanda um grande conhecimento no assunto, embora, essa explicação não tivesse apresentado termos científicos (justamente por ser direcionada para um leigo, o entrevistador).

A pesquisa desenvolvida pelo falante em (45) lhe possibilita afirmar que o organismo humano precisa da combinação ômega 6 e ômega 3. Observa-se que a resposta para a pergunta feita pelo entrevistador veio isenta de marcas de modalização e evidências. O falante asseverou os conteúdos com muita certeza, elevando, assim, o grau de convencimento.

(45)

E - qual a diferença entre ômega 3 e ômega 6?

I - a diferença .. também é geométrica,

.. é .. a diferença da posição na molécula,

.. é a posição onde a dupla ligação se encontra,

.. Ômega 6 que dizer que no fina::l da cadeia você conta 6 carbonos,

.. e a ligação tá ali,

.. Ômega 3 no final da cadeia você conta conta 3 carbonos,

.. e a ligação tá ali,

.. isso no organismo é essencial,

.. porque muda totalmente a absorção .. desses nutrientes no organismo,

.. muda a forma como ele é:: assimilado pelo organismo .. né,

.. e os Ômega 6 e Ômega 3 .. eles são essenciais por serem precursores de moléculas grandes .. de ácidos graxos .. que dão origem a prostaglandina,

.. leucotrinos que são moléculas .. éh:: éh:: éh:: .. substâncias de defesas do organismo,

.. hormônios reguladores .. elas são éh:: éh:: precursoras desses tipos e substâncias que são moléculas maiores,

..a diferença .. também é geométrica,

.. é .. a diferença da posição na molécula,

.. é a posição onde a dupla ligação se encontra,

.. Ômega 6 quer dizer que no fina::l da cadeia você conta 6 carbonos,

.. e a ligação tá ali,

.. Ômega 3 no final da cadeia você conta conta 3 carbonos,

.. e a ligação tá ali,

.. **isso no organismo é essencial,**

No enunciado (46), de acordo com suas pesquisas, o falante tem condições para afirmar que o problema de algumas pessoas não conseguirem desenvolver um bom raciocínio matemático encontra-se na base do ensino, ou seja, na introdução aos conceitos matemáticos. Por isso, o

falante assevera sua proposição com base em estudos e experiências sobre o assunto afirmando que isso se trata de uma crença. Nesse enunciado, observa-se que o grau de convencimento também é significativo.

(46)

E- Você acha que os professores trazem essas crenças de que a matemática tem que ser exata?

I..não só exata,

.. mais do que isso.

.. às vezes ele ele tem a crença .. de que:: a matemática é coisa .. que éh éh:: alguns/ alguns não são capazes/ .. algumas pessoas não não não conseguem atingir,

.. e isso é uma/ não é verdade,

.. é **uma CRENÇA**.

Em (47), temos a mesma situação no contínuo entre o certo e o possível. Encontramos, no ponto extremo da certeza, um falante que garante a veracidade da sua proposição.

(47)

E- Na sua opinião a escola inclusiva já se concretizou?

I --.éh:: .. **a inclusão escolar ela é um fato,**

.. é algo que vem se concretizando sim,

.. mas no meu ponto de vista a duras penas .. tá,

Nos exemplos anteriores, o falante, por estar tão certo do que diz, dispensa o uso de qualquer modalizador epistêmico e qualquer evidencial, apresentando seu enunciado como algo inquestionável, digno de credibilidade. Isso ocorre uma vez que o grau de convencimento de um enunciado assertivo é bem maior, pois se impõe sobre o ouvinte, conferindo mais autoridade.

3.9 Síntese do capítulo

No que diz respeito à ME, tínhamos como hipótese que, nos textos orais, o envolvimento do falante seria maior devido ao fato de as entrevistas terem sido feitas com pesquisadores que já haviam concluído e publicado seus trabalhos. Por outro lado, nos textos escritos, esses autores estariam condicionados às restrições estabelecidas ao gênero textual, por esse motivo, qualificariam mais no nível da predicação, pois deveriam transparecer objetividade e imparcialidade. De acordo com os dados analisados, pode-se afirmar que os resultados confirmam a hipótese inicial do trabalho. Houve, sim, um envolvimento maior, ou seja, predominou a qualificação modal no nível da proposição nos textos orais e a qualificação modal no nível da predicação nos textos escritos.

Quanto à EV, os dados das entrevistas confirmaram as mesmas conclusões de Chafe (1987). Segundo o autor, devido à rapidez com que a fala é processada, há uma ênfase maior nas inferências baseadas em alguma evidência. Os dados demonstraram a grande frequência de ocorrência da EV inferida nos textos orais. Por outro lado, observou-se, nos textos escritos, uma grande frequência de ocorrência de EV relatada de fonte definida, que confere ao texto acadêmico mais credibilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, foram analisadas as qualificações evidencial e modal epistêmica em textos acadêmicos e em entrevistas com os pesquisadores que escreveram esses textos com o objetivo de verificar as estratégias utilizadas pelos falantes a fim de se posicionarem diante dos enunciados que produzem. Assim, com um *corpus* formado por 10 artigos científicos e 10 entrevistas gravadas, nas quais os autores relataram os resultados obtidos com a pesquisa, procurou-se verificar a frequência de ocorrência e o tipo de marcador evidencial presente nas modalidades de língua oral e escrita, além da frequência de ocorrência dos modalizadores no nível da predicação e no nível da proposição nos textos escritos e nos textos orais.

Com o intuito de alcançarmos esses objetivos, optou-se por adotar como referencial teórico o funcionalismo, uma vez que tal abordagem concebe, em seu quadro teórico, a competência comunicativa dos falantes de uma língua natural, que, além de codificarem e decodificarem as expressões lingüísticas, usam-nas e interpretam-nas de uma maneira interacionalmente satisfatória. À luz da abordagem funcionalista holandesa, que privilegia a estrutura da oração em camadas, apresentou-se a modalização epistêmica como um recurso disponível na língua para que o falante realize um julgamento a respeito da verdade da proposição. Para o embasamento a respeito da evidencialidade, foram utilizadas como suporte teórico as pesquisas de Dall’Aglio-Hattner.

Compreendendo a ME como uma categoria lingüística que pode incidir sobre as várias camadas do enunciado, dependendo da intenção comunicativa do falante, e a EV como uma categoria hierarquicamente superior à ME, passamos a analisá-las dentro dos contextos de língua oral e língua escrita, partindo de duas hipóteses: 1) no texto oral, há um maior envolvimento dos autores com o que foi dito nos trabalhos publicados, prevalecendo, assim, a modalização epistêmica no nível da proposição; 2) no texto escrito, há um envolvimento menor, decorrente das características estabelecidas ao gênero artigo acadêmico.

A análise dos dados ratificou a nossa hipótese inicial. Os artigos científicos, por pertencerem ao domínio discursivo acadêmico e estarem condicionados à sua função social, apresentam alguns traços mais rígidos quanto à sua forma, como o uso da norma padrão, linguagem mais objetiva e concisa, vocabulário técnico, voz passiva etc. Esse rigor formal

decorre exatamente da função dos artigos acadêmicos, que devem ser elaborados conforme normas preestabelecidas, para que cumpram a finalidade a que se destinam, ou seja, garantir a cientificidade do assunto abordado. Assim, comprovou-se por meio da análise que a modalidade epistêmica no nível do possível nos textos escritos foi mais significativa (77%), ao passo que, nos textos orais, a frequência de ocorrência foi de 46%.

Conforme demonstrou a análise dos dados, a frequência de modalizadores epistêmicos no nível da proposição nos textos orais foi bem maior (54%) que no nível da proposição nos textos escritos (23%). Pelas características de cada um dos gêneros textuais que compõem o *corpus*, bem como as condições de produção de cada um deles, pode-se pressupor que, na entrevista, os falantes discutiam as descobertas que haviam publicado nos textos acadêmicos que compõem o *corpus* escrito deste trabalho, ou seja, os dados obtidos com as pesquisas já haviam sido apresentados nos artigos e, na entrevista, os falantes avaliavam e definiam seu grau de comprometimento com esses “fatos possíveis”, por isso a maior frequência de ocorrência de modalizadores no nível da proposição nos textos orais.

A análise evidenciou que os itens lingüísticos que tiveram maior frequência de ocorrência no nível da proposição, nos textos orais e nos textos escritos, foram os advérbios. Sua frequência de ocorrência nos textos escritos foi de 79% e, nos textos orais, 82%. Observou-se que, por meio desses advérbios modalizadores epistêmicos, o falante reforça ou simplesmente realça o valor de verdade da proposição.

Quanto à EV, verificou-se que ela apresenta diferentes efeitos de sentido tanto nos textos orais quanto nos textos escritos. O grau de confiabilidade da informação difere de acordo com o subtipo de EV utilizada pelo falante. No *corpus* analisado, foram encontrados 18% de EV relatada e 82% de EV inferida nos textos orais. Nos textos escritos, a frequência de ocorrência foi de 88,2% de EV relatada e de 11,8% de EV inferida. Esses dados se coadunam com as constatações a respeito da EV em textos orais e em textos escritos realizadas por Chafe (1987). Segundo o autor, na escrita, há mais tempo para a elaboração do texto. Dessa forma, o autor se preocupa mais em considerar o estatuto de seu conhecimento e o grau de confiabilidade de seu texto, por isso lança mão de evidências (citações) que aumentem o valor de verdade de seu enunciado, não deixando espaço para inferências não comprovadas.

Em contrapartida, devido à rapidez com que a fala é processada, há uma ênfase maior nas reações indutivas (inferências baseadas em alguma evidência ou rumor). Esse fato foi bastante

recorrente nos textos orais, realizado principalmente pela expressão *eu acho que*. Por isso, conclui-se que, devido ao fato de o falante ser a fonte da informação, quando não tinha certeza a respeito da validade de suas afirmações ou não dispunha de dados que permitissem uma afirmação categórica, preferia marcar a dúvida como sua para preservar a face.

Considerando que a avaliação epistêmica se situa em algum ponto do contínuo que, a partir de um limite preciso onde se encontra o certo, se estende pelos indefinidos graus do possível e que todo julgamento modal está fundamentado em alguma evidência, pode-se supor que quanto maior a certeza do falante, menor a necessidade de utilização de modalizadores epistêmicos, pois, no extremo da certeza, está um falante que avalia como verdadeiro o conteúdo de seu enunciado, apresentando-o como uma asseveração, “sem espaço para a dúvida e sem nenhuma relativização” (NEVES, 2002, p.176). Nos exemplos de (43) a (47), observou-se uma total ausência de marcas de modalização epistêmica e marcas de evidencialidade. Entretanto, mesmo sem essas marcas, o enunciado veiculava uma certeza absoluta por parte do falante. Assim, com a análise desses enunciados com AT, talvez seja possível afirmar que a manifestação da certeza e da EV podem ocorrer de forma não-marcada, ou seja, nesses casos, principalmente a EV faz parte da enunciação, pois sem ela o falante não teria subsídios para uma afirmação categórica.

Conclui-se este trabalho considerando que os significados produzidos pelos evidenciais não se restringem às marcas lingüísticas ou à identificação de fontes da informação, mas ultrapassam essa forma marcada para revelarem processos cognitivos e pragmáticos que também demonstram a maneira como a informação foi adquirida, e, principalmente, o estatuto de verdade que o falante lhe atribui. Essas reflexões, entretanto, são preliminares e precisam ser mais aprofundadas nesse vasto campo que trata da relação entre a EV e a ME.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUWERA, Johan V. D. *Modality: the three-layered scalar square*. Journal of Semantics, v.13, p. 181-195, 1996.

BENITES, Sonia Aparecida Lopes. *Contando e fazendo a história: a citação no discurso jornalístico*. São Paulo: Arte & Ciência; Assis: Núcleo Editorial Proleitura, 2002.

BUTLER, Christopher S. *Structure and Function: A guide to three major structural- functional theories*. John Benjamins Publishing Company. Amsterdam/ Philadelphia: 2003.

CHAFE, W. *Linguistics differences produced by differences between speaking and writing*. In: D. Olson, N. Torrance & A. Hildyard (eds.) *Literacy, language and learning: The nature and consequences of reading and written*. Cambridge, Cambridge University Press, p 105 - 123. 1985.

CHAFE, Wallace; DANIELEWICZ, Jane. *Properties of speaking and written language*. In: HOROWITZ, R. and SAMUELS, S. J. (eds.). *Comprehending oral and written language*. New York: Academic Press, 1987. Disponível em: <http://www.eric.ed.gov/ERICDOCS/data/ericdocs2sql/content_storage_01/0000019b/80/30/49/50.pdf>. Acesso em: 07 jan.2008

CHAFE, W. *Discourse, consciousness, and time: the flow and displacement of conscious experience in speaking and writing*. The University of Chicago Press: 1994.

CAGLIARI, L. C. Da importância da prosódia na descrição de fatos gramaticais. In: ILARI, R. (Org.) *Gramática do português falado II: Níveis de análise lingüística*. Campinas: Ed. Unicamp, 2002.

CAMACHO, R. G. *Gramática, formalização e discurso*. Estudos Lingüísticos XXXV, p.3-26, 2006.

CARRETERO, Marta. *The role of epistemic modality in english politeness strategies*. Disponível em: <http://fyl.unizar.es/MISCELANEA/ARTICULOS_13/ABSTRACTS_HTML#anchor815042> Acesso em 21/03/2000.

CASTILHO, Ataliba T. *O modalizador realmente no português falado*. Alfa, São Paulo, v. 44, p.147-169, 2000.

CASTILHO, Ataliba T. de & CASTILHO, Célia M. M. de. Advérbios modalizadores. In: ILARI, R. (Org.) *Gramática do português falado II: Níveis de análise lingüística*. Campinas: Ed. Unicamp, 2002.

CERVONI, J. *As modalidades*. In: A enunciação. Trad: L. Garcia dos Santos. São Paulo: Ática, 1989, p.53-83.

CONDORAVDI, Cleo. KAUFMANN, Stefan. *Modality and Temporality*. Journal of Semantics. Oxford University Press: 2005. (p. 119-128).

CORACINI, Maria José R. F. *Um fazer persuasivo: o discurso subjetivo da ciência*. São Paulo: Educ; Campinas, SP: Pontes, 1991.

CORCU, Demet. *The scope of epistemic modal adverbs on deontic necessity in Turkish and English*. <http://www.ling.uni-postsdam.de/~slede/ESSLLIpapers/corcu.pdf>

DALL' AGLIO-HATTNER, M.M. *A manifestação da modalidade epistêmica: um exercício de análise nos discursos do ex-presidente Collor*. 163p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 1995.

DALL' AGLIO-HATTNER, M.M. et al. Uma investigação funcionalista da modalidade epistêmica. In: NEVES, M.H.M (org.). *Descrição do Português: definindo rumos de pesquisa*. S.P: Cultura Acadêmica, 2001. p.103-143.

DALL' AGLIO-HATTNER, M. M; PEZATTI, Caio. *Negação, modalidade e evidencialidade no discurso científico*. Estudos Lingüísticos XXXIII ,p. 873-878, 2004.

DALL' AGLIO-HATTNER, M. Pesquisas em sintaxe: a abordagem funcionalista da evidencialidade. In: Gladis Massini-Cagliari; Rosane Berlink; Marymarcia Guedes; Taísa Peres de Oliveira (Org.). *Trilhas de Mattoso Câmara e outras trilhas: fonologia, morfologia e sintaxe*. Araraquara-SP: Cultura Acadêmica, 2007, v. 12, p. 103-145.

DE HAAN, F. *Evidentiality and epistemic modality: setting boundaries*.1999a. Disponível em <<http://www.u.arizona.edu/~fdehaan/papers/SWJL99.pdf>> Acesso em 28 abr. 2005.

_____. *The relation between modality and evidentiality*. Linguistische Berichte. Sonderheft 00/2000.

_____. *Typological approaches to modality*. To appear in: William Frawley, ed. (2005) *Modality*. Berlin: Mouton de Gruyter. 2004.

_____. *Strong modality and negation in Russian*. Disponível em: <http://www.u.arizona.edu/~fdehaan/papers/SCL9.pdf>> Acesso em: 02 fev. 2008.

_____. *Epistemic must*. Disponível em: <<http://www.u.arizona.edu/~fdehaan/papers/>

corpusmust.pdf> Acesso em 10 abr.2008.

_____. *Encoding speaker perspective: evidentials*. 2005. Disponível em: <<http://www.u.arizona.edu/~fdehaan/papers/boulder.pdf>> Acesso em: 03 abr. 2008.

DENDALE, P.;TASMOWSKI, L. *Introduction: Evidenciality and related notions*. Journal of Pragmatics. V.33, p.339-348. 2001.

DIK, Simon C. *The theory of functional grammar*. Part I: The structure of the clause. Dordrecht – Holland/Providence RI- USA: Foris Publications.1989.

_____. *The theory of functional grammar*. Part II: Complex and derived constructions. Berlin- New York: Mouton de Gruyter. 1997.

DILLINGER, M. Forma e função na lingüística. D.E.L.T.A. vol. 7, n. 1, 1991. p. 395-407.

GENNARI, S. P. *Tense meanings and temporal interpretation*. Journal of Semantics. Oxford University Press: 2003. p. 35-71

GUIMARÃES, E. *Expressão modalizadora no discurso de divulgação científica*. Educação e Linguagem. Ano 4. n.5. p. 65-77, jan/dez 2001.

HALLIDAY, M.A.K. *An Introduction to Functional Grammar*. London: Edward Arnold. 1985.

HYMES, DELL. *An International Handbook of the Science of Language and Society*. Sociolinguistics. Walter de Gruyter. Berlin. New York. 1987.

HENGEVELD, Kees. *Layers and operators in Functional Grammar*. J. Linguistics,v.25, p.127-157,1989.

_____. Illocution, mood and modality in a Functional Grammar of Spanish. J. Semantics, v.6, p.227-69, 1988.

_____. *The Architecture of a Functional Discourse Grammar*. Edited by J. Lachlan Mackenzie, Maria de los Angeles, Gómez-González. Berlin. 2004

JUBRAN, Clélia C.A.S. et al. Organização tópica da conversação. In: ILARI, R. (Org.) *Gramática do português falado II: Níveis de análise lingüística*. Campinas: Ed. Unicamp, 2002.

KOCH, Ingedore G.V. *A inter-ação pela linguagem*. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 1997.

LEIBRUDER, A.P. O discurso de divulgação científica. In: BRANDÃO, H. N. (coord.). *Gêneros do discurso na escola: mito, conto, cordel, discurso político, divulgação científica*. S.P: Cortez, 2000.

MARCUSCHI, Luiz A. Gêneros textuais: o que são e como se classificam? Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2000. (Mimeogr.)

_____. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MARTELOTTA, M. E.; AREAS, E. K. A visão funcionalista da linguagem no século XX. In: CUNHA, M. A. F da; OLIVEIRA, M. R. de; MARTELOTTA, M.E. (orgs). *Linguística Funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

NEVES, Maria H.de M. *Uma visão geral da gramática funcional*. Alfa, São Paulo, v.38, p.109-127, 1994.

_____. *Funcionalismo e descrição do português*. Veredas: revista de estudos lingüísticos, Juiz de Fora, v.2, n.2, p.69-75, jul/dez. 1998.

_____. *A modalidade: um estudo de base funcional na língua portuguesa*. Revista Portuguesa de Filologia, v. 23, p.97-123, Coimbra, 1999-2000 (no prelo).

_____. *Gramática de Usos do Português*. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

_____. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. A modalidade. In: KOCH, I. G. V. (org.). *Gramática do português falado*. Vol VI: Desenvolvimentos. Campinas, SP: Editora da UNICAMP/FAPESP, 2002, p. 171-209.

_____. *Texto e Gramática*. São Paulo: Contexto, 2006.

OLIVEIRA, R.P. Formalismos na lingüística: uma reflexão crítica. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A.C. (org.). *Introdução à lingüística: fundamentos epistemológicos*. 2 ed. S.P: Cortez, 2005.

PEZATTI, E.G; TESCARI NETO, A. *A ordenação dos advérbios modalizadores epistêmicos no português europeu falado: uma abordagem funcional*. Revista Letras. Curitiba: n. 65, p. 191-208, jan./abr. 2005. Editora URPR.

PEZATTI, E. G. O funcionalismo em lingüística. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A.C. (org.). *Introdução à lingüística: fundamentos epistemológicos*. 2 ed. S.P: Cortez, 2005.

PESSOA, N. P. A modalidade epistêmica em artigos científicos. In: NOGUEIRA, M. T. (org.). *Estudos lingüísticos de orientação funcionalista*. Fortaleza: Edições UFC/GEF, 2007.

ROOIJ. R. Van. *A modal analysis of presupposition and modal subordination*. Journal of Semantics. Oxford University Press: 2005. p. 281-305.

TASCHETTO, T. R. *A presença do sujeito no discurso acadêmico: uma análise em projetos de pesquisa, 2002*. Tese (Doutorado em Lingüística Aplicada) – Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, 2002.

VENDRAME, Valéria. *Predicados de atitude proposicional como marcadores de evidencialidade*. Disponível em: <<http://www.gel.org.br/4publica-estudos-2006/sistema06/1230.pdf>> acesso em 02/02/2008

ANEXO

CÓDIGOS PARA TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS

#	incompreensão de palavras ou segmentos
(hipótese)	hipótese do que se ouviu
/	truncamento
MAÍUSCULAS	entonação enfática
::	prolongamento de consoante ou vogal
-	silabação
?	interrogação
.	entonação descendente (indicando final de frase)
,	entonação ascendente ou estável (indicando continuação)
..	pausa com retomada instantânea do fluxo da fala
...	pausa (quanto maior o número de pontos, mais longa a pausa)
“citações”	citações literais
<i>itálico</i>	pronúncia muito rápida das palavras